



# Anais da Assembléia

Nº 51

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT .....	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO
PT .....	Deputado ERNANI PUDELL
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida César - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1992  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Arlindo Troian, Durval Amaral, João Iensen, José Alves e Renato Adur (06). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob nº DTL/SAT/94/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 009/92, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob nº DTL/SAT/96/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO

INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 499/91, por julgá-lo contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DIRFI/AFISC-7-0647/92, do Senhor HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA - Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, que em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 9º da Constituição Estadual, encaminhou documentos referentes à prestação de contas da Instituição, exercício 1991. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 596/92-GS, do Senhor NIZAN PEREIRA - Secretário de Estado da Saúde, encaminhando documentos do Balanço Geral do exercício de 1991, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 642/92, do Senhor RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas, apresentando Relatórios das atividades desenvolvidas por aquele Tribunal, no decorrer do 1º trimestre de 1.992. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº ATG-456/92, do Senhor Governador do Estado, encaminhando documentos relativos à prestação de contas do exercício de 1991 da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº DP-0767/92, do Senhor STENIO SALES JACOB - Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, encaminhando documentos que compõem a prestação de contas da SANEPAR, referente ao exercício de 1991. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº DIR-036/92, do Senhor JOSE PIO MARTINS - Diretor da BANESTADO LEASING S/A - Arrendamento Mercantil, encaminhando documentos de prestação de contas do exercício de 1991. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº SUREHMA/DF/92/04/002, do Senhor TADEU FRANÇA Superintendente dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, apresentando processo de Prestação de Contas, correspondente ao exercício de 1991. Ao Conhecimento da Casa.

OF. nº 36/92 - GDJA  
Senhor Presidente.

Tem este a finalidade de comunicar a Vossa Excelência a aos nobres parlamentares dessa Casa de Leis, que estarei ausente às sessões legislativas dos dias 5, 6 e 7 de maio do corrente ano, por necessidade de permanecer em Maringá e Municípios vizinhos, a saber:

1) Nos dias 5 e 6 de maio, participação nos festejos de emancipação política

de Indaguari e de Maringá;

2) No dia 7 de maio, participação em solenidade no Município de Doutor Camargo, com a presença do Vice-Governador do Estado, Dr. Mário Pereira.

Por essas razões peço justificar minhas faltas às sessões legislativas desses dias.

Sem outro particular, apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) JOSÉ ALVES

OF. 049/92

Senhor Presidente.

Através do presente, dirijo-me Vossa Excelência, com a finalidade de justificar minha ausência da sessão plenária de ontem, dia 04 de maio, por compromissos inadiáveis nos municípios da Região que represento, quando recepcionei autoridades estaduais.

Certo da atenção com que Vossa Excelência sempre me dispensou, renovo meus protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) CEZAR SILVESTRI

OF. N° 094/GLG/PMDB

Senhor Presidente.

Informo Vossa Excelência que, nos dias 06, 07 e 08 do mês em curso, estarei ausente das sessões plenárias, por motivo de viagem, ocasião em que esta liderança será exercida pelo Deputado José Tavares.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N° 584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, adiamento de discussão e votação por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 033/92.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO N° 579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o soberano plenário, que seja registrado nos Anais da Assembleia Legislativa, votos de congratulações à Folha de Irati, pelos seus 19 anos de fundação, dirigidos a todos os seus funcionários, na pessoa do Dr. Romeu Batista Júnior e Gernano Strassman.

E inequívoca a grande contribuição que os órgãos sérios de imprensa deste País deram para a consolidação da Democracia, tão propugnada por todos os brasileiros.

Nesta esteira de importantes contribuições, o Jornal Folha de Irati, jamais curvou-se nestes 19 anos de vida, diante do processo histórico, pelo contrário, caminhou ombro a ombro para o progresso e o engrandecimento de Irati e toda a sua Região, notadamente avançando para o elevado grau de politização de seu povo, numa postura inclita e imparcial.

Desta forma, registramos com grande satisfação os seus 19 anos de existência, cumprimentando a todos que direta ou indiretamente, contribuem para o fortalecimento desse poderoso instrumento de utilidade pública, e que faz progresso.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja constado nos Anais da Assembleia Legislativa, votos de congratulações à Rádio Najuã de Irati, pelos seus 14 anos de fundação.

Constituindo-se num verdadeiro instrumento de avanço social, a Rádio Najuã vem cotidianamente contribuindo para o progresso não apenas da cidade de Irati, bem como toda a Região Centro-Sul. Tanto no competente jornalismo desenvolvido, como também a emissora tem sabido corresponder, de modo indelével, as aspirações da sua gente, sendo a sua voz vibrante e ativa.

Neste sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados (a), é com regozijo que fazemos constar nos Anais deste Parlamento, os nossos melhores cumprimentos à Rádio Najuã, pelos seus 14 anos completados.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 581

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER, o registro em Ata dos trabalhos desta sessão, de voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao nosso companheiro Luiz Carlos Martins, Deputado nesta Casa e Comunicador da Rádio Independência AM, por ter sido agraciado com o Troféu Marconi, recebendo o Diploma de Consagração por Liderança, como o Comunicador com maior penetração no Paraná, e que oferece o melhor retorno aos anunciantes! Esta premiação foi patrocinada pela VC MAGAZINE, do Rio de Janeiro e a entrega aconteceu no último

dia 30 de abril, em concorrida solenidade no Rio de Janeiro, onde também outros veículos de comunicação foram premiados. Luiz Carlos Martins foi o único radialista do Paraná! Pedimos que se estendam estes cumprimentos à empresa patrocinadora, pela seriedade do evento e importância para o desenvolvimento dos negócios publicitários no Brasil!

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) EDSON SILVA LINO

#### REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para levar ao conhecimento de Vossa Excelência, as conclusões dos trabalhos realizados pela Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná, formada por três Deputados Estaduais, para verificar a existência de conflitos de terra e de violência, no Município de Pinhão.

Para tanto, encaminhamos o Relatório conclusivo sobre o trabalho da Comissão, acompanhado de documentação pertinente.

Confiamos que, após detida análise dos fatos expostos por esta Comissão e em vista dela, acatar-se-ão as sugestões que sejam de sua esfera de competência, contidas no Relatório, contribuindo decididamente para a busca de soluções ao caso.

Ao ensejo, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

EMÍLIA BELINATI

MÁRIO BEZERRA

Relatório da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná, organizada para verificar os conflitos fundiários no Município de Pinhão.

#### Da Constituição da Comissão

No dia 12/11/91, a requerimento dos Deputados Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, aprovado pelo Plenário, foi constituída Comissão Especial, composta pelos Deputados Ovídio Constantino, Mário Bezerra e Emília Belinati, para verificação "in loco" dos fatos e buscar meios de fazer cessar e promover a responsabilização com relação a violência contra os trabalhadores rurais e respectivas famílias, nas localidades de Faxinal dos Silvérios e Cachoeirinha, no Município de Pinhão, neste Estado.

Após a instalação, a Comissão Especial, sobre posse do documento enviado pelo Prefeito Municipal e outros cidadãos representativos do Município, deu início a seus trabalhos.

Inicialmente, a Comissão verificou a existência de denúncia, encaminhada ao

Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. José Moacir Favetti, por dirigentes e líderes comunitários locais, solicitando providências com respeito a atentados perpetrados, supostamente, por pistoleiros a mando da Madeireira Zattar. A solicitação foi por este atendida, através de telegrama determinando adoção de providências.

#### Dos Trabalhos

Procurando desempenhar sua missão, a Comissão Especial se dirigiu ao Município de Pinhão, e, após contato com os envolvidos, detectou os seguintes casos:

1. Que no dia 29/10/91, às 15 horas, um grupo de pistoleiros (que têm registro funcional de "guardas florestais") fortemente armado, atacou de surpresa a Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes, disparando grande quantidade de tiros. Neste atentado violento, a menor Ivanice de Fátima Barbosa, 10 anos, que freqüentava a escola, foi atingida com um tiro no pé direito, tendo sido hospitalizada.

Que no mesmo dia, a 600 m de distância da escola, o Sr. Júlio Severino da Silva, 45 anos, trabalhava em seu roçado quando foi cercado por um grupo de pistoleiros que, com armas muito estranhas, o colocaram sob a mira de três delas (no ouvido, nas costas e no coração) e o ameaçaram de morte, advertindo-o a desocupar a área juntamente com outras famílias.

2. Que no dia 27/10/91, pistoleiros interceptaram um caminhão que transportava madeira, disparando tiros e atingindo gravemente Neriberto Fontana, que foi atendido no Hospital Santa Tereza, de Guarapuava.

3. Que no dia 10/10/91, foi atendida em estado grave, com ferimentos a bala, no Hospital Santa Tereza, de Guarapuava, a menor Vanderli Aparecida da Silva, 13 anos, que foi atingida em sua residência, numa propriedade da mesma região, onde o posseiro tem demanda judicial com a Madeireira Zattar sobre a posse da terra, em processo de usucapião.

4. Que no dia 07/11/91, vários caminhões guarnecidos por um grupo de homens armados retiraram da propriedade do Sr. Amauri J. Oliveira diversas cargas de palanques, que o mesmo havia comprado de várias pessoas.

Diante do clima tenso do momento, a Comissão procurou patrocinar acordo, substanciado em um termo firmado aos 13 dias do mês de novembro, em que o representante da Indústria J. J. Zattar S.A., Senhor José Zattar, e do ITCF, Senhor Ari Bender, pactuavam a autorização para a retirada da madeira cortada no imóvel e depósito sob os cuidados do ITCF, bem como impedia a empresa, os assentados, os posseiros e os sem-terra de promoverem corte

de madeira adicional.

O Ministério Público, em ofício, solicitou ao Secretário de Segurança, a designação de um corpo especial, para elaboração dos competentes inquéritos, e garantia de segurança aos ocupantes das áreas envolvidas.

A Comissão Especial oficiou ao Superintendente Estadual do IBAMA, Senhor Nilton Melquiades da Silva, solicitando a relação dos planos de manejo e exploração madeireira no Município de Pinhão, pertinentes à Indústria João José Zattar e à família Lieber, fato este reiterado em data de 25 de novembro, tendo sido atendido pelo órgão supra mencionado.

Em seguida, foram solicitadas ao Superintendente do INCRA no Paraná, Senhor Carlito Pedroso, informações técnicas quanto aos imóveis objeto do litígio da propriedade da Indústria João José Zattar, e que eram considerados área de preservação permanente. Quanto ao Faxinal dos Silvérios, trata-se de imóvel de propriedade da família Lieber, sobre o qual houve expedição de decreto expropriatório, em 1989.

E de se ressaltar que os imóveis Faxinal dos Ribeiros e Faxinal dos Silvérios foram declarados de interesse social, para fins de desapropriação, com ações tramitando perante a 9ª Vara Federal (autos 90.02529-5 e 90.06902-5), ambas pendentes de julgamento.

Anexo à informação técnica, cópia dos decretos expropriatórios, números 98.033, referentes às áreas em litígio.

5. No dia 21/11/91, sete homens fortemente armados atiraram contra o Senhor Cizilio Ribeiro, posseiro há mais de 50 anos, quando trabalhava em sua lavoura, tendo o mesmo sido atingido por um tiro no braço. Ele conseguiu fugir, se refugiando na mata. Os pistoleiros, após isso, se dirigiram até a residência do Senhor Cizilio, onde encontrava-se sua esposa, que ao fugir, também foi atingida pelos disparos.

6. Ainda no dia 27/11/91, o mesmo grupo armado se dirigiu até a morada do Senhor Jorge Antonio dos Santos, arrendatário do Senhor Cizilio, disparando muitos tiros, que atingiram-no na cabeça. Ele fugiu para a mata. Os pistoleiros atearam fogo, queimaram sua moradia e a de seu pai, que ficava próxima, e que no momento estava sem ninguém. O incêndio destruiu todos os pertences dos agricultores.

Na sequência, os pistoleiros foram até a residência do Senhor Marcílio Gonçalves, onde ele se encontrava com familiares e vizinhos, fazendo outro tiroteio, obrigando todos a fugirem para o mato.

A Comissão Especial oficiou, em 26 de novembro de 1991, ao Secretário de Segurança Pública, requerendo informações mais

concretas, no que tange à subjetividade dos fatos, à propriedade de armas apreendidas e a outros detalhes sobre operações efetuadas pela polícia na área.

Pelo ofício 186/91, convidou-se para participar de reunião da Comissão o Superintendente Estadual do IBAMA, (of. 187/91) o Presidente do ITCF, (of. 185/91) e o Superintendente Regional do INCRA.

Na data de 27/11/91 reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Pinhão, os integrantes desta Comissão, Deputados Ovídio Constantino, Mário Bezerra e Emília Belinati; Deputado Ernani Pudell; o Promotor de Justiça Hugo César Hoeschl; representante do INCRA, Dr. Luis Rosseto; representantes do IBAMA e do ITCF e os envolvidos no conflito.

#### Dos Depoimentos

Nesta reunião foram colhidos depoimentos das seguintes pessoas: César Toledo - Procurador e advogado das Indústrias Zattar; Júlio Zeferino da Silva; Linei Marçal Ribeiro - professora; Dr. Artênio Pereira - advogado; Vercu Prestes de Macedo - posseiro; Eliane Graciano de Freitas de Oliveira - esposa do cartorário; Dinarte Veiga - Delegado; Eva Ferreira Alzino; Varcílio Ferreira de França; Amauri José do Ribeiro; Afonso Maria das Chagas - Padre; Edson Supski - Padre; Cizilio Ribeiro Chagas; Jorge Antonio dos Santos; Varcílio Gonçalves; João Siqueira - pai da menina baleada.

Para efeito deste relatório, transcrevemos os trechos mais importantes dos depoimentos, conforme seguem:

#### Depoimento do Sr. Júlio da Silva

Ele é morador em Faxinal dos Silvérios e um dos sem-terra.

Falou que o pessoal que o ameaçou com revólveres e carabinas se identificou como sendo "pistoleiros da Madeireira Zattar". Que bateram em sua esposa e em duas meninas - uma de quatorze anos e outra de cinco anos.

Que depois o levaram até a estrada, dando-lhe um prazo de três dias para sair da terra, senão iriam matá-lo. Disse que um deles se identificou como sendo "o dono das terras".

Declarou que juntamente com outros, extraíram madeira da terra, mas apenas carregavam, sendo pagos pelos Senhores Fontana e Paulinho.

Disse que 25 famílias ainda estão naquele lugar, e sabe que um dos baleados é filho de uma delas. Reclamou, também, que há mais de 90 dias não recebem cesta básica.

#### Depoimento da Sra. Linei Marçal Ribeiro

Moradora de Faxinal dos Silvérios há

três anos, ela trabalha como professora local.

Disse que no dia da invasão estava na escola com os alunos, quando homens armados saíram detrás da escola atirando, e que um tiro acertou uma menina. Afirmou que conhecia um dos homens e que seu nome é Padilha. Sabia que ele estava na região para impedir a entrada dos sem-terras.

Depois do ocorrido, apresentou queixa na Polícia.

O pai da depoente é posseiro há mais de nove anos. Alguns posseiros foram embora em razão da pressão, que no começo os sem-terras faziam.

Contou que o próprio irmão abandonou a casa onde morava, por causa de tiros desferidos sem motivo, e que o rapaz que os desferiu era de fora.

E, ainda, que os buracos de bala nas paredes e na porta da escola não são do dia em que os pistoleiros atiraram na menina, mas sim de outros pistoleiros que vieram primeiro, e que, naquela época, não havia ninguém no local.

Lembrou que desse primeiro grupo de pistoleiros, os sem-terras mataram um pistoleiro de Pato Branco, e outro conseguiu refugiar-se na casa do irmão da depoente, e que disse: "Sai fora da área, porque se eles acharem você aí eles te matam". E que por esse motivo, existe o conflito dos sem-terras com seu irmão.

Que no dia da invasão da escola, eram uns quatorze homens armados, e que "o Padilha é homem do Zattar". No dia do ocorrido, as crianças desmaiaram e gritaram, mas fora a menina baleada, as demais não se machucaram.

#### Depoimento da Sra. Doralina Ribeiro

Morando no Faxinal dos Silvérios, ela é uma dos sem-terras da área.

No dia que invadiram a escola e balearam a menina, existiam uns dezessete homens armados. Ela estava acompanhada de um de seus filhos, limpando feijão, quando viu uma "gentarada" seguindo para as bandas da roça, e que os homens gritavam que eram da polícia. Os supostos policiais começaram a atirar e, apavorado, seu filho disse: "Mãe do céu, os pistoleiros!".

Ela gritou para os pistoleiros que não atirassem para dentro da escola, pois a sala estava cheia de crianças. Porém, de nada adiantou, e os "policiais" começaram a atirar. Um deles gritou que eram "pistoleiros do Zattar".

A Sra. Doralina correu para dentro da escola, quando as crianças já estavam saindo. Ela disse para a professora que não deixasse as crianças saírem. Que não conseguiram segurar as crianças e que também saiu e reconheceu o Sr. Juventino Lieber, que mora na divisa com a área da de-

poente. Afirmou ter visto que ele portava dois revólveres e dizia que não havia trazido os pistoleiros para dar tiro em ninguém, e falou aos outros que havia avisado para não atirarem para as bandas das crianças.

Declarou que por lá os sem-terras tiravam madeira, e os posseiros também. E tinha um irmão da professora que também tirava e que o Senhor Fontana carregava. Estava, vendendo a madeira por qualquer comida e também por semente para plantar.

Segundo a Sra. Doralina, não existe conflito entre os sem-terras e os posseiros. Os posseiros nunca tiraram qualquer palanque da terra, em razão do Zattar não deixar. Depois que os sem-terras começaram a tirar a madeira, os posseiros também passaram a fazê-lo. Ambos não sabiam que não podiam tirar a madeira seca.

O lugar onde estavam antes de irem para Faxinal dos Silvérios tinha 700 famílias, mas a terra só suportava 95 delas.

Que os sem-terras foram para Pinhão porque receberam o decreto de desapropriação da terra que ocupavam. Em seguida, alugaram um caminhão para virem para Pinhão e não sabiam que esta terra não estava regularizada para todo mundo entrar.

#### Depoimento do Senhor Dinarte Veiga

É delegado em Pinhão, mas não de carreira. É pessoa leiga e declarou que em sede de Comarca esta função deveria ser desempenhada por delegado de carreira. Que não tem condições de zelar pela ordem em razão de dispor apenas de quatro elementos. Que já prendeu uns 05 ou 06 desses guardas da firma Zattar, por homicídio.

#### Depoimento da Senhora Eva Ferreira Osires

É moradora na Cachoeirinha, posseira há 30 anos. Seu pai tinha posse lá, mas denunciou - o Zattar foi grilando estas terras, pegando tudo para si.

#### Depoimento do Senhor Varsílio Ferreira de França

Morador em Cachoeirinha, há mais de 40 anos, é arrendatário do Zattar. Contou que seu pai não queria assinar o contrato e então derrubaram a casa dele. Por este motivo o depoente assinou o contrato.

#### Depoimento do Senhor Amauri José de Oliveira

Mora em Faxinal dos Silvérios há cerca de 35 anos. Comprou palanques de Nílma Macedo, Ortêncio Claudio de Souza, Carlos Schmidt e também dos assentados. Afirmou que a Empresa Zattar foi na sua propriedade e levou os palanques com pistoleiros armados.

Depoimento do Padre Afonso Maria Chagas

Padre da Paróquia de Pinhão, afirma que foi ameaçado de morte, junto com o Padre Edson, por Alcino (motorista da firma Zattar que se encontra preso) que responsabiliza os Padres pelos conflitos no Município.

Sobre estes fatos não registraram queixa na Polícia.

Depoimento do Padre Edson Supski

Padre da Paróquia de Pinhão, denuncia que juntamente com Padre Afonso recebe ameaças de morte, inclusive por telefonemas anônimos. Que Alcino e outros pistoleiros atribuem aos Padres a responsabilidade dos conflitos virem a público, e por isto alardeiam por todo o município que os matariam. Pessoas ligadas à Igreja os aconselham a tomarem cuidado, tanto que têm deixado de fazer visitas às comunidades nas quais o Zattar tem terras. Porém, acredita que só terão segurança com os pistoleiros na cadeia.

Afirmou que não são os únicos a correrem risco de vida. Muitas pessoas estão marcadas, gerando um clima de tensão e medo; e que as pessoas que vieram depor são corajosas, pois conhecem a história de terror que a firma Zattar há muito tempo promove em Pinhão, transformando-o num município violento.

Depoimento do Senhor Pedro Nogueira da Silva

Mora há 70 anos em Pinhão, no Faxinal dos Ribeiros. Ele e o filho são acusados de comprar palanques dos assentados, fato que nega. Disse que uns 20 jagunços do Zattar carregaram dois caminhões de palanques seus. Dos jagunços armados reconheceu cinco: Alcindo, Sérgio Camargo, Antonio Padilha, Erondi e Lauro Dias.

Disse, ainda, que no dia em que levaram seus palanques, o Zuza, dono da firma Zattar disse: "Autoridade aqui somos nós. Não tem prefeito, não tem promotor, não tem delegado. Aqui quem manda somos nós."

Que neste dia, os jagunços levaram umas sete cargas de palanque do Senhor Amauri. Não fez denúncia na Polícia sobre o acontecido.

Depoimento do Senhor Cizilio Ribeiro Chagas

Morador em Faxinal das Taquaras, está com 55 anos e é posseiro.

Afirma que no dia 27 de novembro de 1991 estava trabalhando na lavoura quando foi baleado por sete pistoleiros. Mesmo ferido conseguiu fugir para avisar o pessoal que estava no paiol. Os pistoleiros vieram atrás e começaram um tiroteio, dando tempo de sua esposa e o tio fugirem. Em

seguida, botaram fogo no paiol, queimando tudo o que tinham.

Neste atentado três pessoas saíram feridas: o depoente, sua esposa e um sobrinho.

Um dos posseiros conseguiu sair e avisar a polícia que chegou em meia hora, porém os jagunços não estavam mais. A polícia ficou até a tarde na área fazendo vistoria, e assim que saíram, os pistoleiros voltaram de deram uma saraivada de tiros na casa do sogro do depoente.

Disse que tem a posse da terra e que sofreu pressão para assinar contrato de arrendamento com o Zattar mas nunca aceitou. Em 1975, os pistoleiros queimaram sua propriedade pela primeira vez.

Afirmou que estes pistoleiros são contratados pelo Zattar.

Depoimento do Senhor Jorge Antonio dos Santos

Morador de Faxinal dos Taquaras há um ano e três meses, é sobrinho do Senhor Cizilio. Afirmou que no dia 27 de novembro de 1991, após queimarem a casa e atirarem contra o Senhor Cizilio, os pistoleiros queimaram a casa do depoente, baleando-o na cabeça. Conseguiu reconhecer alguns: Neno Dias, o Antonio Padilha, o Amazonas - "Amazonão", o Bigode, um do Faxinalzinho e outro do Faxinal do Céu.

No atentado três casas foram queimadas: a sua, de seu pai e do Senhor Cizilio.

Tem conhecimento de que os pistoleiros continuam rondando a área.

Depoimento do Senhor Marcílio Gonçalves

Morador de Faxinal dos Taquaras há 38 anos, contou que os pistoleiros estiveram em sua casa, no dia em que fizeram o atentado ao Senhor Cizilio e sua família, minutos depois da polícia sair da área, promovendo tiroteio. E que felizmente ninguém saiu ferido.

Disse que há 17 anos teve dois irmãos mortos por pistoleiros. E que não podem dormir sossegados, pois a qualquer momento podem surgir os pistoleiros, comandados por Zuza e Nadir.

Depoimento do Senhor João Siqueira

Era morador de Inácio Martins; há um mês em Faxinal dos Ribeiros, vindo à área através de um tal Toninho, que morava no acampamento.

É pai da menina baleada na escola.

Reunião na ALEP

A segunda reunião da Comissão Especial foi realizada no dia 02/12/91, com as presenças dos Deputados Ovídio Constantino,



como Presidente, Mário Bezerra, Emília Belinati e Ernani Pudell, na sala de reuniões das Comissões da ALEP.

Senhor João José Zattar - Diretor Administrativo das Indústrias Zattar, depôs, assessorado pelo seu advogado, Dr. César Toledo, e declarou: "Que existem conflitos generalizados entre os sem-terras e alguns posseiros da região e vizinhos, como ficou bem claro no depoimento de uma pessoa que foi testemunha ocular e que praticamente sofreu esses atentados. Foi, se não me engano, Dona Doralice Ribeiro que reconheceu o vizinho Lieber como comandante de todo o atentado."

Disse ter ficado sabendo, através de conversas no próprio município, que uma menor teria sido alvejada dentro de uma escola. Sobre outra menina atingida por disparos, ouviu dizer que foi em conflito com posseiros. E que nessa área há uma questão judicial entre a empresa e um ex-arrendatário que deveria ter sido retirado há seis meses e ainda continua na área. Não tem informações se o mesmo é o pai da menina atingida em sua própria casa.

Também tem conhecimento do decreto de prisão, expedido pelo Juiz da Comarca, contra 14 pessoas do município de Pinhão, em função desses fatos ocorridos e que desses 14, 6 são funcionários de sua empresa.

Tais problemas existem desde 1985, sendo que tiveram duas áreas desapropriadas, uma de Faxinal dos Ribeiros (1-A) e outra no Faxinal dos Ribeiros (1-C), de 139. Essas áreas estão liberadas para assentamento há três anos, e em função disso não tem interesse nelas.

Já aconteceu destas áreas serem deixadas por antigos invasores, em razão de estiagem e não de terem contado com ajuda do Governo.

"A minha única briga, nessas áreas que existe invasão de posse, é em termos indenizatórios. A empresa contrata pessoas para fazer segurança nas áreas de sua propriedade. O serviço é fiscalizar as divisões, roubo de madeiras e galinhas, que são comuns na região. Alguns destes seguranças constam no decreto de prisão."

O depoente é portador de documentação da compra de toda a madeira dessas áreas, com prazo de retirada até mais ou menos o ano de 2.014.

Foi perguntado se tinha informações de que a empresa tem seus planos de corte, de exploração e manejo com prazos vencidos, carecendo de regularização ou de renovação desses prazos. Ele respondeu que a madeira não foi retirada do imóvel Lieber, pela empresa, mas que houve roubo na área.

"Das pessoas que estão na outra área que não do Lieber só existem arrendatá-

rios, e que a empresa é proprietária dessa área há mais de 20 anos.

O Dr. César Toledo, advogado das Indústrias Zattar, disse que dos tiros a que Dona Doralina se refere "tem um depoimento na Delegacia de Pinhão, onde a professora que reside naquela casa, do lado da escola foi expulsa quando da invasão desta, por Antoninho e D. Doralina com os denominados sem-terras." Hoje D. Doralina mora nessa casa.

O Sr. João José Zattar, expôs ainda que teve conhecimento que um funcionário seu foi preso por porte ilegal de arma.

Indagado sobre o reconhecimento de funcionários de sua empresa, nas agressões e nos atentados feitos, disse que o pessoal em litígio com a empresa está se aproveitando da situação.

#### Relatório de atividade dos Atos do Promotor de Justiça

11.11 - Reunião no gabinete do Prefeito Municipal, com os familiares da menor Vanderli da Silva, vítima de disparo de arma de fogo, os quais orientou a procurarem a DEPOL e registrarem a ocorrência, o que originou a abertura do IP 043/91.

12.11 - Visita às áreas envolvidas no conflito quais sejam: Faxinal dos Ribeiros, vulgo "Cachoeirinha" e Faxinal dos Silvérios, em companhia do Oficial de Justiça Silvio Bruck.

13.11 - Reunião na sala de audiências do Fórum, com as partes envolvidas, acompanhada pela Comissão Especial de Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, resultante na celebração do acordo cujo termo vai em anexo, bem como envio do ofício 010/91, ao gabinete do Secretário de Segurança.

19.11 - Nova visita às áreas, verificando o cumprimento do acordo e coletando assinaturas ao termo.

22.11 - Manifestação apresentada nos autos da medida de Busca e Apreensão de Armamentos, proposta pela PGE, opinando pelo deferimento, relatando as visitas, e pedindo a prisão temporária de 14 pessoas envolvidas nos conflitos. Após expedido o mandado de Busca e Apreensão de Armamentos pelo MM. Juiz Dr. Márcio Tokars, teve início a ação da Polícia Militar, sob o comando do Major Barth, comandante do BPM de Guarapuava, e do Capitão Weegw, responsável direto pela operação. No mesmo dia, durante a operação, foi preso Alcindo Silvério Caldas, funcionário das Indústrias J. J. Zattar, por porte ilegal de arma de fogo, afirmando ser a arma de propriedade da empresa na qual trabalha.

27.11 - Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Especial de Deputados, realizados na Câmara Municipal de Pinhão. Envio do ofício 013/91, ao Secretário de Segu-



rança.

28.11 - Oferecimento de denúncia contra Alcindo Silvério Caldas; acompanhamento do interrogatório, na DEPOL, dos envolvidos apresentados pela Indústria Zattar.

29.11 - Acompanhamento de outros três interrogatórios de envolvidos, igualmente apresentados pela Indústria Zattar. Acompanhamento do início da remoção de sete presos (seis apresentados e um preso em flagrante), para Guarapuava, em operação realizada pela PM da mesma cidade.

02.12 - Pedido de prorrogação de prisão temporária.

04.12 - Denúncia contra Alcides Marinho de Mello, Erondi Monteiro Taques, João Maria Diniz, Lauro Ferreira Dias, Antonio Rodrigues Padilha e Amazonas de Matos, bem como pedido de decretação de prisão preventiva, deferido. Pedido de perda de regime aberto para Sérgio Camargo de Freitas, deferido (cópias em anexo).

### Conclusões

Vistos e analisados os fatos, esta Comissão é obrigada a concluir no sentido de que foram, indiscutivelmente, da maior gravidade, os fatos ocorridos no Município de Pinhão, não cabendo, no entanto, a esta Assembléia, o julgamento dos aspectos legais envolvidos, que são, sem qualquer dúvida, de alçada de outros Poderes e Órgãos Públicos.

No entanto, entende essa Comissão que deve sugerir ações a serem desenvolvidas, a fim de que possamos contribuir para a solução definitiva da violência e dos conflitos que vêm ocorrendo no Município de Pinhão e que remontam a décadas.

A primeira situação diz respeito aos recentes conflitos que motivaram a formação da Comissão Especial, quando resultaram em diversos atentados contra pessoas, e uma criança atingida dentro de uma escola por disparo de arma de fogo.

A causa do conflito de interesses começa a se formar em 87, quando o Governo Federal, através do INCRA, declarou de utilidade pública, para fins de reforma agrária, duas áreas de terra no município de Pinhão. Uma delas pertencente à Madeireira Zattar, denominada imóvel Cachoeirinha e outra pertencente à família Lieber, denominada Faxinal dos Silvérios. O processo desapropriatório vem se conduzindo de forma absolutamente procrastinatória desde 87, sem que a União tivesse providenciado a devida emissão de posse.

A situação de indefinição criou as condições de conflito, notadamente no aspecto dominial. Agravou-se a situação com a ocupação destes imóveis pelos sem-terras, os quais, num primeiro momento, confrontaram-se com antigos ocupantes dos imóveis e, posteriormente, deu-se a dispu-

ta pela madeira entre os sem-terras e a Madeireira Zattar. Por um lado, os sem-terras ocupando uma área de forma irregular, sem que o INCRA pudesse promover assentamento e regularização fundiária, e com isso deixando os sem-terras fora do acesso a programas de financiamento de custeio e investimento e a condições mínimas de sobrevivência. A venda de madeira como forma de sobrevivência foi inevitável nestas condições.

De outro lado, invocando a identificação dominial e a propriedade sobre a cobertura vegetal, a Madeireira Zattar passou, pelos próprios meios, a impedir a retirada da madeira. A Empresa aproveitase da indefinição jurídica sobre o domínio da área a utilizar de quaisquer meios para, de um lado, impedir a retirada de madeira pelos sem-terras e, de outro, para permitir-se no direito de retirá-la, em que pese as divergências legais e contratuais sobre a legitimidade de retiradas da cobertura vegetal. Os meios a que nos referimos são aqueles aqui denunciados: a utilização de funcionários seus, registrados como "guardas florestais", para cometer atentados contra sem-terras, contra crianças, a prisão de pessoas, o seqüestro de bens.

A segunda situação que chegou ao conhecimento desta Comissão e, esta de gravidade ainda maior, diz respeito ao litígio entre a Madeireira Zattar e posseiros da região.

Encorajados pela presença da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Paraná, diversos posseiros que estão litigando contra a Madeireira Zattar trouxeram informações sobre ações praticadas contra agricultores indefesos.

Com efeito, vastas extensões de terra na região de Pinhão eram constituídas de posses antigas, muitas delas remontando a mais de um século, posses estas transferidas de pai para filho, ao longo dos anos.

Os depoimentos dão conta de que, no final da década de 60 e início da década de 70, a Madeireira Zattar obteve titulação de vastas áreas na região, entre elas as de posses históricas acima mencionadas. Consta de diversos depoimentos que a Empresa passou a pressionar estes posseiros através de seus "guardas florestais" para que assinassem contratos de parceria, com os quais os posseiros deixaram de poder invocar juridicamente a condição de proprietários, via declaratória de usucapião.

Há denúncias, por parte dos posseiros, de violências cometidas contra aqueles que recusaram-se a assinar os contratos de parceria.

Constatou-se que um grupo de posseiros que estão demandando judicialmente contra a Madeireira Zattar, através de ações pos-

sessórias e de usucapião, foram vítimas de diversos atentados cometidos, segundo estas pessoas, por tais funcionários da Empresa Zattar.

A grosso modo, estes foram os principais fatos apurados pela Comissão Especial.

Fica evidente que se tratam apenas de feridas mais recentes e que ocultam toda uma situação de arbítrio, violência, impunidade e que beira a ausência do Poder Público perante tais situações.

Neste sentido, a Comissão percebeu várias deficiências e omissões por parte do Poder Público, que suscitam a adoção de providências, pelos respectivos órgãos públicos, conforme menciona-se a seguir:

Ficou evidente que houve desmantelamento do INCRA no Estado. Os processos desapropriatórios têm se arrastado de forma inconcebível, quer pela falta de condições materiais, pela omissão das autoridades competentes, pela falta de vontade política para implantar a reforma agrária e pela inexistência de regulamentação da legislação que trata da reforma agrária.

Cumprido ao INCRA estabelecer com mais clareza a questão dos acessórios que acompanham as terras desapropriadas. No presente caso se constatou que a Empresa Zattar ingressou em Juízo solicitando a indenização pela madeira, ao mesmo tempo em que vem promovendo a sua retirada, podendo no futuro ser a União compelida a indenizar a madeira que já foi retirada pela Indústria. Assim, deve ser esclarecida o quanto antes a questão da dominialidade das madeiras, para verificação se integram ou não os imóveis desapropriados sob pena de se abrir espaços a fraudes futuras e pagamentos indevidos.

A situação concreta exige também do INCRA maior zelo quanto à questão da dominialidade. Em Pinhão, são muitos os imóveis rurais em situação de posses gerando conflitos, que devem ser regularizados mediante assistência jurídica e processos de usucapião. Há necessidade urgente de medidas de regularização, no sentido de medições e titularização das terras para evitar conflitos futuros iminentes. Lembrando também que se isto não acontecer as indenizações poderão ser pagas a pessoas que, de fato, não são os verdadeiros proprietários.

Em relação ao Poder Judiciário, constatou-se a ausência de procedimentos mais ágeis na condução das demandas que envolvem a questão fundiária. A demora na concessão e no registro de imissão de posse à União permite o fomento de situações de conflito. Além disso, os sem-terras e posseiros mantêm a ocupação de imóveis em situação irregular, sem direito de acesso a programas de apoio a assentamentos, a

financiamentos etc. Desta forma, exploram a terra em níveis inferiores à agricultura de subsistência, o que torna irracional qualquer tipo de assentamento desta natureza.

Dos depoimentos feitos à Comissão ressaltaram denúncias de que houve manipulação da titulação dominial existente em Pinhão, e de morosidade do Cartório de Registro de Imóveis daquele município nos registros e averbações necessários, nos casos de desapropriações e de mandados de imissão de posse.

Tratando-se de regiões com graves conflitos de extensa repercussão social, Pinhão não tem assegurada uma estrutura judiciária em padrões compatíveis com a demanda processual. Há observações de que as sucessivas trocas de magistrados e promotores não permitem ao Poder Judiciário o devido acompanhamento e acúmulo de informações sobre os conflitos fundiários e seus desdobramentos civis e penais no município.

Constatou-se, ante ao elevado número de processos de posse e propriedade na Comarca, o cabimento de medidas específicas por parte das Corregedorias da Magistratura e do Ministério Público, referentes à atuação dos Juizes e Promotores lá lotados.

A bem da verdade registre-se o esforço heróico empreendido pelo então Promotor Público da Comarca de Pinhão, Dr. Hugo César Hoeschl, que apesar de todo o clima reinante no município à época dos trabalhos da presente Comissão, vinha se comportando com coragem exemplar, na busca do império da Lei e da Justiça, sendo responsável pela não consumação de fatos de maior gravidade e violência.

Esta Comissão também registra sua preocupação com a integridade física dos cidadãos daquele município, lembrando que a atual estrutura policial da cidade não assegura a sua incolumidade.

Em relação à Segurança Pública, constatou-se inexistir em Pinhão qualquer condição da estrutura policial fazer frente ao poder de violência que impera há anos naquela região. Apesar do quadro de conflito generalizado, Pinhão sequer conta com um Delegado de Carreira, com policiais que possam, de fato, reprimir abusos frequentes.

Meras ações ocasionais e temporárias de desarmamentos são ineficazes. A população precisa que o Estado cumpra com o seu dever de garantir a segurança pública.

É nosso entendimento que a estrutura policial em Pinhão deve ser reforçada e para lá destacado um delegado especial. É imperioso efetuar-se minucioso levantamento de todas as ações de violência, que ca-

racterizam delito penal, ocorridas na cidade ao longo dos últimos anos.

Ficou claro que as medidas até aqui adotadas são meramente paliativas e não chegam à raiz do mal.

Diante dos fatos relatados, o Poder Legislativo do Estado do Paraná também não pode fugir às suas responsabilidades, começando por priorizar a região na qual está circunscrito o município de Pinhão, na revisão das doações, vendas e concessões de imóveis públicos rurais e urbanos, concretizados ao longo dos últimos 25 anos, conforme prevê a Constituição Estadual, em seu art. 21 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cujo cumprimento não foi efetivado no que se refere à instalação de comissão suprapartidária, para tal finalidade.

A Comissão Especial sugere, ainda, a articulação dos vários órgãos responsáveis pela solução dos conflitos, e de suas ações, para fazer levantamento da situação fundiária em Pinhão, no sentido de rever os processos de concessão de títulos de terra; das decisões judiciais; de amparo e assistência aos posseiros para regularização fundiária, bem como a revisão dos critérios de desapropriação, para evitar indenizações indevidas.

Da mesma forma, propõe a ação combinada e integrada de todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para restabelecer a paz e a justiça em Pinhão.

Por outro lado, tratando-se de um Poder desarmado, mas nem por isso lhe sendo facultada a omissão, cabe a esta Assembleia, fazendo valer a autoridade que lhe foi conferida pelo povo do Paraná, encaminhar às autoridades competentes este relatório, e respectivos documentos acessórios, para rigorosa apuração dos fatos apontados com consequente e urgente adoção das medidas cabíveis, para a manutenção da lei e da ordem pública.

Assim, nossa conclusão é no sentido de que seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, ao Procurador Chefe da Procuradoria da República no Paraná, ao Procurador Geral de Justiça do Paraná, ao Procurador Geral do Estado, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e ao Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Paraná, o pedido de energias e imediatas providências, visando solucionar o conflito, punir os responsáveis e assegurar a paz social.

(aa) EMÍLIA BELINATI

Relatora

OVIDIO CONSTANTINO

Presidente

MARIO BEZERRA GUIMARÃES

Membro

#### REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Diretorias da SANEPAR, COPEL e TELEPAR, sugerindo-lhes que seja estudada a possibilidade de se conciliar a data de pagamento dos servidores públicos do estado com a data de cobrança das tarifas referentes aos serviços prestados pelas mencionadas entidades.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

E do conhecimento de todos, os momentos de profunda crise econômica em que estamos vivendo.

Os servidores públicos do Estado, dada a impossibilidade de obter melhores reajustes, em razão da política recessiva adotada pelo Governo Federal, com reflexos negativos em todo o País, estão tendo dificuldades para sanarem seus compromissos em dia.

As contas de luz, água e telefone, aparecem como prioritárias e inadiáveis.

Todavia, as datas de pagamentos de tais encargos não coincidem, muitas vezes, com a data do pagamento dos servidores.

Se houver a possibilidade de se coincidir uma data com a outra, poderemos evitar a cobrança de multas e outros encargos decorrentes da falta de pagamento no dia aprazado.

Para isso, cremos que se possa chegar a um entendimento, inclusive com a adoção de medidas por parte do BANESTADO e outros estabelecimentos creditados para receber tais encargos.

A medida terá grande alcance social e por certo será bem recebida, pois virá ao encontro dos interesses de ambas as partes, e nos foi sugerida pela A.P.P. - Sindicato, atendendo solicitações de diversos associados.

#### REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação José Goldenberg contra a privatização dos serviços de saúde, universalização do ensino público e aprovação imediata do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O Brasil tem cerca de 5 milhões de

crianças em idade escolar fora das escolas. São 30 milhões de analfabetos e 60 milhões de semi-analfabetos. Da população economicamente ativa 30% tem no máximo 2 anos de escolaridade e apenas 1,14% da população frequenta o ensino superior. No Brasil investe-se apenas 3,6% do PIB em educação.

Hoje, 70% das vagas do ensino superior pertencem ao setor privado e o governo não tem repassado às Universidades as verbas estabelecidas pelo orçamento da União.

Não existe uma avaliação rigorosa desta situação e, tampouco, uma proposta consequente visando a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino. No entanto, o Governo Federal propõe a construção de 5 mil CIACs ao custo de 5 bilhões de dólares, com capacidade para atender 3 milhões de crianças. Precisariam ser construídos 138 CIACs por mês e, ainda assim, milhões de crianças ficariam desassistidas e o analfabetismo não será eradicado no prazo fixado pela Constituição Federal.

O Brasil precisa definir seu Sistema Nacional de Educação com urgência, neste sentido o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública discutiu durante 3 anos a proposta, transformada em Projeto de Lei, sobre as Diretrizes e Bases da Educação. Agora é necessário que este Projeto de Lei seja aprovado e implementado imediatamente.

É obrigação do governo garantir o acesso ao ensino fundamental. Não podemos permitir o descaso com o serviço público e a estruturação de uma rede de ensino paralela sustentada com recursos públicos sem a discussão democrática sobre os critérios e as prioridades de investimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 575

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná; e ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando recursos e auxílios emergenciais para os Municípios atingidos pelas chuvas que ocorrem nos últimos dias no Estado do Paraná, principalmente na região Noroeste.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

As fortes chuvas que ocorrem quase que ininterruptamente nos últimos dias, atingem, de forma acentuada a região Noroeste do Estado do Paraná, onde a incidência de quedas de barreiras e pontes foram muito grandes, deixando ainda as estradas, de maneira geral, em péssimas condições de

tráfego e segurança, conforme informações e reivindicações dos Prefeitos Municipais, demais autoridades e populações da região.

Tendo em vista o período de safras, quando o escoamento das mesmas são de vital importância para os produtores e para o Estado, apresentamos o presente requerimento que, se aprovado e atendido, virá minimizar os problemas surgidos com as chuvas.

#### REQUERIMENTO Nº 582

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador do Pará, ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Presidente do Tribunal de Justiça e à Procuradoria Geral da Justiça daquele Estado, a fim de que tomem providências no sentido de punir e sustar a ação crônica de violência impetrada pela família Mutran, contra o povo do Pará.

Sala das Sessões, em 05.05.92

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

É absolutamente inconcebível que bárbaries cometidas pela família Mutran no Estado do Pará, continuem a ocorrer impunemente.

As denúncias contidas na nota pública anexada a este requerimento, exigem um pronunciamento e uma ação de todos aqueles que ainda acreditam no restabelecimento da dignidade humana.

Qualquer justificativa aqui arrolada falaria menos que o contido na nota expedida pelas entidades daquele Estado.

Assim, conclamamos a sua leitura por todos os Deputados e envio de telegramas àquelas autoridades, além de aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, no sentido de que este conceda o parcelamento no pagamento de futuras instalações dos Postos de Serviços "PS", nos municípios cadastrados para tanto, ressaltando que os mesmos, ainda, não foram instalados. Insta salientar a grande dificuldade financeira que esses pequenos e médios municípios possuem, para arcar com o pagamento integral do preço solicitado pela TELEPAR, principalmente em razão de suas baixas arrecadações, e também a imprescindibilidade dos mesmos para o município.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

## REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Sr. Tenente Coronel Sérgio Itamar Alves, parabenizando-o pela posse junto à Polícia Militar do Estado do Paraná e, desejando-lhe uma profícua administração.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

## REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Sr. Coronel Comandante Luís Eduardo Hunzicker, parabenizando-o pela posse junto à Polícia Rodoviária Estadual e, desejando-lhe uma profícua administração.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

## REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Sr. Dr. EDY NAKAMURA, parabenizando-o pela permanência no cargo de Diretor do DNER - Nesta Capital, e desejando-lhe uma profícua administração.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) CLEITON KIELSE

Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI Nº 107/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o INSTITUTO DE HABILITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DO EXCEPCIONAL DO PARANÁ - IHOEPAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Habilitação e Orientação do Excepcional do Paraná - IHOEPAR, fundada no dia 23.11.87, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter cultural, educacional e filantrópico, que tem por finalidade integrar o excepcional à sociedade, através da educação e habili-

tação profissional.

A sua ação social é das mais benéficas e se enquadra aos parâmetros dos fins sociais previstos na legislação estadual que regula o estatuto da utilidade pública.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Com isso propomos o presente plano de Lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

## PROJETO DE LEI Nº 108/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor "PASTOR JOSE PEREIRA DE ALMEIDA".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) JOÃO IENSEN

## PROJETO DE LEI Nº 109/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Feminina e Assistência às Dependentes de Drogas e/ou Alcool, com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

## JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Feminina de Assistência às Dependentes de Drogas, fundada a 16.06.90, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, e tem como finalidade precípua a recuperação, reabilitação e reintegração das viciadas em drogas e/ou álcool por meio de terapia ocupacional.

A sua ação social é das mais benéficas e se enquadra aos parâmetros dos fins sociais previstos na legislação estadual que regula o estatuto da utilidade pública.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Com isso propomos o presente plano de Lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora

e Senhores Deputados, nós sabemos que o desenvolvimento econômico e social de qualquer país está diretamente ligado à educação, à ciência e à tecnologia. Nós sabemos que países que investem em educação, a longo prazo têm um retorno para a sua sociedade, trazendo desenvolvimento econômico, desenvolvimento social.

O Brasil tem hoje cerca de cinco milhões de crianças fora da escola, trinta milhões de analfabetos e sessenta milhões semi-analfabetos. Da nossa população economicamente ativa 30% tem no máximo dois anos de escolaridade e apenas 1,14% da população frequenta o ensino superior. Investimentos econômicos é o que o Brasil menos faz, enquanto países europeus investem de 8 a 10% do seu produto interno bruto, o Brasil investe apenas 3,6% na educação.

Educação não é prioridade para investimento público, tanto é que 70% das vagas do ensino superior hoje estão diretamente ligadas ao setor privado.

O Ministério da Educação, no início do Governo Collor, sem nenhum tipo de avaliação mais profunda do quadro educacional brasileiro e sem nenhuma avaliação do que se vigora na questão pedagógica, metodológica, trouxe à tona a proposta dos CIACs; e os CIACs também vêm acompanhados, única e exclusivamente, com a proposta de construção de prédios, sem para isso dizer se tinha dinheiro para investimento e manutenção desses CIACs, sem dizer para isso qual era a proposta pedagógica e metodológica de ensino do Governo brasileiro, e sem dizer qual é a proposta dele para erradicação do analfabetismo, que temos hoje, que são cerca de 90 milhões de pessoas entre analfabetos e semi-analfabetos.

A Constituição brasileira de 1988 coloca que o Brasil tem dez anos para erradicar o analfabetismo, dez anos para universalizar o ensino público. E hoje, já passado quase a metade desse tempo, não existe por parte do Ministério da Educação nenhuma proposta, a não ser a de construção de cinco mil CIACs com investimento de cinco bilhões de dólares, atendendo somente três milhões de crianças, enquanto a grande parte continuará sendo analfabeto.

Se nós fizermos uma conta, naquele dia que o Governo e o Ministro Goldemberg disseram que construiriam cinco mil CIACs, contando quantos meses faltava para o final da gestão, significa que o Governo Federal tem que construir 138 CIACs por mês, e está inaugurando o quinto, seis meses ou sete meses depois de anunciar isso.

Todo esse número de CIACs que ele propõem, como eu disse, não existe a proposta de manutenção; e agora vem o Ministro trazendo à tona uma proposta, a de passar para o setor privado, privatizando mais uma

parte do Estado brasileiro, privatizando mais uma parte da educação brasileira e dificultando ainda mais a erradicação do analfabetismo. Qualquer empresário que assuma uma escola, ele tem o único e fundamental objetivo - o lucro, e não a erradicação do analfabetismo, e não a universalização do ensino público. No sentido de tomarmos uma posição em defesa da escola pública, em defesa da universalização do ensino público é que nós apresentamos um requerimento, solicitando a mais rápida aprovação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação. E nesse requerimento levamos em seu bojo a defesa da escola pública, para que possamos cumprir as metas estabelecidas na Constituição Brasileira: a de erradicação do analfabetismo e da universalização do ensino público. Porque não interessa ao setor empresarial atingir essa meta, mas sim, o lucro.

Portanto gostaríamos de ver aprovado tal requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós queremos usar parte do nosso Grande Expediente de hoje para trazer a esta Casa, aos Senhores Deputados e à Direção desta Assembleia ao qual faremos a entrega ao final desse nosso relato, de um relatório da Comissão Especial que fora nesta Casa constituída, a fim de verificar a violência no campo, mais precisamente no Município de Pinhão no centro do nosso Estado.

No dia 12 de novembro de 1991, portanto no final do período do ano passado, a requerimento desta Casa em Plenário a constituição desta Comissão Especial composta pelos Deputados: Ovídio Constantino, Mário Bezerra e Emília Belinati para verificação, "in loco", dos fatos denunciados e buscar meios de fazer cessar e buscar a responsabilização com relação à violência contra os trabalhadores rurais e respectivas famílias nas localidades de Faxinal dos Silvérios e Cachoeirinha no Município de Pinhão nesse Estado.

A nossa Comissão foi constituída, a Comissão teve duas viagens ao Município de Pinhão. Numa primeira viagem ao Município de Pinhão nós participamos de uma reunião em conjunto com o Promotor de Justiça daquela cidade, em conjunto com o proprietário da Madeireira Zattar e com posseiros e lideranças da comunidade no Fórum local. Nesta primeira viagem, após debates na sede do Fórum daquele Município, nós nos dirigimos juntamente com o Ministério Público, com entidades representativas da comu-



nidade, com o Padre da Paróquia local, com o proprietário da madeireira até os locais de conflito.

Os locais de conflitos porque eram duas áreas que haviam denúncias. Eu, havia num pronunciamento aqui denunciado, onde uma criança havia sido baleada numa escola onde estudava, vários disparos de tiros por supostos pistoleiros haviam sido disparados contra a escola e uma criança de 12 anos tinha sido atingida. Uma outra criança na sua residência da mesma forma também foi atingida por balas de pistoleiros e estava hospitalizada, na época, em Guarapuava. Nesta nossa viagem até o local, ouvimos, juntamente com o Ministério Público daquela cidade, as várias versões das denúncias que haviam sido publicadas e que nós havíamos feito aqui nesta tribuna. Após essa viagem tendo sido verificado "in loco" os problemas e o clima de tensão nós realizamos juntamente com as partes um acordo, um acordo de cessar fogo, podíamos dizer, entre a violência que estava ocorrendo naquele momento em função da tensão criada pelas denúncias de roubos de madeira pelos sem-terra denunciado pela Empresa e denúncias dos sem-terra que a Empresa estaria derrubando e tirando madeira de área interditada.

Após fazer esse acordo, cessou, pelo menos em parte, do que tomamos conhecimento, a violência naquela cidade. Após o prazo estabelecido e acalmados os ânimos, nós voltamos numa segunda viagem da Comissão ao Município de Pinhão. Nesta segunda viagem, a Comissão teve por objetivo ouvir as partes envolvidas e assim o fizemos numa reunião, tendo sido convidado por nós, pela Comissão, um representante do INCRA do Estado do Paraná, um representante do IBAMA, um representante do ITCF, um representante da Empresa e os posseiros e sem-terra envolvidos no caso.

Realizada numa reunião na segunda viagem, na Câmara Municipal do Município de Pinhão, conjuntamente com o Ministério Público, nós tivemos oportunidade de ouvir depoimento de aproximadamente 20 a 25 pessoas, não tenho o número exato, isto com notas taquigráficas que estão arquivadas nesta Casa. E ouvindo as denúncias, os depoimentos de ambos os lados, ouvindo, na sequência, aqui, na sala de reuniões desta Casa, o proprietário da Madeireira Zattar, após esse novo trabalho, visitas da Comissão ao INCRA, ao ITCF, ao IBAMA e a outras autoridades que entendíamos necessária, nós realizamos no início do mês passado a conclusão deste nosso trabalho, o qual estamos neste momento apresentando a esta Casa e entregando à Mesa para que se tome as devidas providências legais quanto aos fatos pela Comissão oficialmente designada por esta Casa, constatados naquela missão

ao qual nós fomos incumbidos, eu, o Deputado Mário Bezerra e a Deputada Emília Belinati.

O nosso relatório é composto pelo relato das viagens nossas ao município, é composto também, pelo relato dos fatos concretamente denunciados a nós e vistos "in loco" por nós lá no Município de Pinhão, os quais são enumerados:

(Lê):

"Relatório da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná, organizada para verificar os conflitos fundiários no Município de Pinhão.

#### Da Constituição da Comissão

No dia 12/11/91, a requerimento dos Deputados Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, aprovado pelo Plenário, foi constituída Comissão Especial, composta pelos Deputados Ovídio Constantino, Mário Bezerra e Emília Belinati, para verificação "in loco" dos fatos e buscar meios de fazer cessar e promover a responsabilização com relação a violência contra os trabalhadores rurais e respectivas famílias, nas localidades de Faxinal dos Silvêrios e Cachoeirinha, no Município de Pinhão, neste Estado.

Após a instalação, a Comissão Especial, sobre posse do documento enviado pelo Prefeito Municipal e outros cidadãos representativos do Município, deu início a seus trabalhos.

Inicialmente, a Comissão verificou a existência de denúncia, encaminhada ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. José Moacir Favetti, por dirigentes e líderes comunitários locais, solicitando providências com respeito a atentados perpetrados, supostamente, por pistoleiros a mando da Madeireira Zattar. A solicitação foi por este atendida, através de telegrama determinando adoção de providências.

#### Dos Trabalhos

Procurando desempenhar sua missão, a Comissão Especial se dirigiu ao Município de Pinhão, e, após contato com os envolvidos, detectou os seguintes casos:

1. Que no dia 29/10/91, às 15 horas, um grupo de pistoleiros (que têm registro funcional de "guardas florestais") fortemente armado, atacou de surpresa a Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes, disparando grande quantidade de tiros. Neste atentado violento, a menor Ivanice de Fátima Barbosa, 10 anos, que freqüentava a escola, foi atingida com um tiro no pé direito, tendo sido hospitalizada.

Que no mesmo dia, a 600 m de distância da escola, o Sr. Júlio Severino da Silva, 45 anos, trabalhava em seu roçado quando



foi cercado por um grupo de pistoleiros que, com armas muito estranhas, o colocaram sob a mira de três delas (no ouvido, nas costas e no coração) e o ameaçaram de morte, advertindo-o à desocupar a área juntamente com outras famílias.

2. Que no dia 27/10/91, pistoleiros interceptaram um caminhão que transportava madeira, disparando tiros e atingindo gravemente Neriberto Fontana, que foi atendido no Hospital Santa Tereza, de Guarapuava.

3. Que no dia 10/10/91, foi atendida em estado grave, com ferimentos a bala, no Hospital Santa Tereza, de Guarapuava, a menor Vanderli Aparecida da Silva, 13 anos, que foi atingida em sua residência, numa propriedade da mesma região, onde o posseiro tem demanda judicial com a Madeireira Zattar sobre a posse da terra, em processo de usucapião.

4. Que no dia 07/11/91, vários caminhões guarnecidos por um grupo de homens armados retiraram da propriedade do Sr. Amauri J. Oliveira diversas cargas de palanques, que o mesmo havia comprado de várias pessoas.

Diante do clima tenso do momento, a Comissão procurou patrocinar acordo, substanciado em um termo firmado aos 13 dias do mês de novembro, em que o representante da Indústria J. J. Zattar S.A., Senhor José Zattar, e do ITCF, Senhor Ari Bender, pactuavam a autorização para a retirada da madeira cortada no imóvel e depósito sob os cuidados do ITCF, bem como impedia a empresa, os assentados, os posseiros e os sem-terra de promoverem corte de madeira adicional.

O Ministério Público, em ofício, solicitou ao Secretário de Segurança, a designação de um corpo especial, para elaboração dos competentes inquéritos, e garantia de segurança aos ocupantes das áreas envolvidas.

A Comissão Especial oficiou ao Superintendente Estadual do IBAMA, Senhor Nilton Melquiades da Silva, solicitando a relação dos planos de manejo e exploração madeireira no Município de Pinhão, pertinentes à Indústria João José Zattar e à família Lieber, fato este reiterado em data de 25 de novembro, tendo sido atendido pelo órgão supra mencionado.

Em seguida, foram solicitadas ao Superintendente do INCRA no Paraná, Senhor Carlito Pedroso, informações técnicas quanto aos imóveis objeto do litígio da propriedade da Indústria João José Zattar, e que eram considerados área de preservação permanente. Quanto ao Faxinal dos Silvérios, trata-se de imóvel de propriedade

Curitiba, terça, em 05.05.92

da família Lieber, sobre o qual houve expedição de decreto expropriatório, em 1989.

É de se ressaltar que os imóveis Faxinal dos Ribeiros e Faxinal dos Silvérios foram declarados de interesse social, para fins de desapropriação, com ações tramitando perante a 9.ª Vara Federal (autos 90.02529-5 e 90.06902-5), ambas pendentes de julgamento.

Anexo à informação técnica, cópia dos decretos expropriatórios, números 98.033, referentes às áreas em litígio.

5. No dia 21/11/91, sete homens fortemente armados atiraram contra o Senhor Cizilio Ribeiro, posseiro há mais de 50 anos, quando trabalhava em sua lavoura, tendo o mesmo sido atingido por um tiro no braço. Ele conseguiu fugir, se refugiando na mata. Os pistoleiros, após isso, se dirigiram até a residência do Senhor Cizilio, onde encontrava-se sua esposa, que ao fugir, também foi atingida pelos disparos.

6. Ainda no dia 27/11/91, o mesmo grupo armado se dirigiu até a morada do Senhor Jorge Antonio dos Santos, arrendatário do Senhor Cizilio, disparando muitos tiros, que atingiram-no na cabeça. Ele fugiu para a mata. Os pistoleiros atearam fogo, queimaram sua moradia e a de seu pai, que ficava próxima, e que no momento estava sem ninguém. O incêndio destruiu todos os pertences dos agricultores.

Na sequência, os pistoleiros foram até a residência do Senhor Marcílio Gonçalves, onde ele se encontrava com familiares e vizinhos, fazendo outro tiroteio, obrigando todos a fugirem para o mato.

A Comissão Especial oficiou, em 26 de novembro de 1991, ao Secretário de Segurança Pública, requerendo informações mais concretas, no que tange à subjetividade dos fatos, à propriedade de armas apreendidas e a outros detalhes sobre operações efetuadas pela polícia na área.

Pelo ofício 186/91, convidou-se para participar de reunião da Comissão o Superintendente Estadual do IBAMA, (of. 187/91) o Presidente do ITCF, (of. 185/91) e o Superintendente Regional do INCRA.

Na data de 27/11/91 reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Pinhão, os integrantes desta Comissão, Deputados Ovídio Constantino, Mário Bezerra e Emília Belinati; Deputado Ernani Pudell; o Promotor de Justiça Hugo César Hoeschl; representante do INCRA, Dr. Luis Rosseto; representantes do IBAMA e do ITCF e os envolvidos no conflito.

#### Dos Depoimentos

Nesta reunião foram colhidos depoimentos das seguintes pessoas: César Toledo -

Procurador e advogado das Indústrias Zattar; Júlio Zeferino da Silva; Linei Marçal Ribeiro - professora; Dr. Artênio Pereira - advogado; Vercue Prestes de Macedo - posseiro; Eliane Graciato de Freitas de Oliveira - esposa do cartorário; Dinarte Veiga - Delegado; Eva Ferreira Alzino; Varcílio Ferreira de França; Amauri José do Ribeiro; Afonso Maria das Chagas - Padre; Edson Supski - Padre; Cizílio Ribeiro Chagas; Jorge Antonio dos Santos; Varcílio Gonçalves; João Siqueira - pai da menina baleada.

Para efeito deste relatório, transcrevemos os trechos mais importantes dos depoimentos, conforme seguem:

#### Depoimento do Sr. Júlio da Silva

Ele é morador em Faxinal dos Silvêrios e um dos sem-terra.

Falou que o pessoal que o ameaçou com revólveres e carabinas se identificou como sendo "pistoleiros da Madeireira Zattar". Que bateram em sua esposa e em duas meninas - uma de quatorze anos e outra de cinco anos.

Que depois o levaram até a estrada, dando-lhe um prazo de três dias para sair da terra, senão iriam matá-lo. Disse que um deles se identificou como sendo "o dono das terras".

Declarou que juntamente com outros, extraíram madeira da terra, mas apenas carregavam, sendo pagos pelos Senhores Fontana e Paulinho.

Disse que 25 famílias ainda estão naquele lugar, e sabe que um dos baleados é filho de uma delas. Reclamou, também, que há mais de 90 dias não recebem cesta básica.

#### Depoimento da Sra. Linei Marçal Ribeiro

Moradora de Faxinal dos Silvêrios há três anos, ela trabalha como professora local.

Disse que no dia da invasão estava na escola com os alunos, quando homens armados saíram detrás da escola atirando, e que um tiro acertou uma menina. Afirmou que conhecia um dos homens e que seu nome é Padilha. Sabia que ele estava na região para impedir a entrada dos sem-terras.

Depois do ocorrido, apresentou queixa na Polícia.

O pai da depoente é posseiro há mais de nove anos. Alguns posseiros foram embora em razão da pressão, que no começo os sem-terras faziam.

Contou que o próprio irmão abandonou a casa onde morava, por causa de tiros desferidos sem motivo, e que o rapaz que os desferiu era de fora.

E, ainda, que os buracos de bala nas paredes e na porta da escola não são do dia em que os pistoleiros atiraram na me-

nina, mas sim de outros pistoleiros que vieram primeiro, e que, naquela época, não havia ninguém no local.

Lembrou que desse primeiro grupo de pistoleiros, os sem-terras mataram um pistoleiro de Pato Branco, e outro conseguiu refugiar-se na casa do irmão da depoente, e que disse: "Sai fora da área, porque se eles acharem você aí eles te matam". E que por esse motivo, existe o conflito dos sem-terras com seu irmão.

Que no dia da invasão da escola, eram uns quatorze homens armados, e que "o Padilha é homem do Zattar". No dia do ocorrido, as crianças desmaiaram e gritaram, mas fora a menina baleada, as demais não se machucaram.

#### Depoimento da Sra. Doralina Ribeiro

Morando no Faxinal dos Silvêrios, ela é uma dos sem-terras da área.

No dia que invadiram a escola e balearam a menina, existiam uns dezessete homens armados. Ela estava acompanhada de um de seus filhos, limpando feijão, quando viu uma "gentarada" seguindo para as bandas da roça, e que os homens gritavam que eram da polícia. Os supostos policiais começaram a atirar e, apavorado, seu filho disse: "Mãe do céu, os pistoleiros!".

Ela gritou para os pistoleiros que não atirassem para dentro da escola, pois a sala estava cheia de crianças. Porém, de nada adiantou, e os "policiais" começaram a atirar. Um deles gritou que eram "pistoleiros do Zattar".

A Sra. Doralina correu para dentro da escola, quando as crianças já estavam saindo. Ela disse para a professora que não deixasse as crianças saírem. Que não conseguiram segurar as crianças e que também saiu e reconheceu o Sr. Juventino Lieber, que mora na divisa com a área da depoente. Afirmou ter visto que ele portava dois revólveres e dizia que não havia trazido os pistoleiros para dar tiro em ninguém, e falou aos outros que havia avisado para não atirarem para as bandas das crianças.

Declarou que por lá os sem-terras tiravam madeira, e os posseiros também. E tinha um irmão da professora que também tirava e que o Senhor Fontana carregava. Estava, vendendo a madeira por qualquer comida e também por semente para plantar.

Segundo a Sra. Doralina, não existe conflito entre os sem-terras e os posseiros. Os posseiros nunca tiraram qualquer palanque da terra, em razão do Zattar não deixar. Depois que os sem-terras começaram a tirar a madeira, os posseiros também passaram a fazê-lo. Ambos não sabiam que não podiam tirar a madeira seca.

O lugar onde estavam antes de irem para Faxinal dos Silvêrios tinha 700 famí-

lias, mas a terra só suportava 95 delas.

Que os sem-terras foram para Pinhão porque receberam o decreto de desapropriação da terra que ocupavam. Em seguida, alugaram um caminhão para virem para Pinhão e não sabiam que esta terra não estava regularizada para todo mundo entrar.

#### Depoimento do Senhor Dinarte Veiga

É delegado em Pinhão, mas não de carreira. É pessoa leiga e declarou que em sede de Comarca esta função deveria ser desempenhada por delegado de carreira. Que não tem condições de zelar pela ordem em razão de dispor apenas de quatro elementos. Que já prendeu uns 05 ou 06 desses guardas da firma Zattar, por homicídio.

#### Depoimento da Senhora Eva Ferreira Osires

É moradora na Cachoeirinha, posseira há 30 anos. Seu pai tinha posse lá, mas denunciou - o Zattar foi grilando estas terras, pegando tudo para si.

#### Depoimento do Senhor Varsílio Ferreira de França

Morador em Cachoeirinha, há mais de 40 anos, é arrendatário do Zattar. Contou que seu pai não queria assinar o contrato e então derrubaram a casa dele. Por este motivo o depoente assinou o contrato.

#### Depoimento do Senhor Amauri José de Oliveira

Mora em Faxinal dos Silvérios há cerca de 35 anos. Comprou palanques de Nilma Macedo, Ortêncio Claudio de Souza, Carlos Schimidt e também dos assentados. Afirmou que a Empresa Zattar foi na sua propriedade e levou os palanques com pistoleiros armados.

#### Depoimento do Padre Afonso Maria Chagas

Padre da Paróquia de Pinhão, afirma que foi ameaçado de morte, junto com o Padre Edson, por Alcino (motorista da firma Zattar que se encontra preso) que responsabiliza os Padres pelos conflitos no Município.

Sobre estes fatos não registraram queixa na Polícia.

#### Depoimento do Padre Edson Supski

Padre da Paróquia de Pinhão, denuncia que juntamente com Padre Afonso recebe ameaças de morte, inclusive por telefonemas anônimos. Que Alcino e outros pistoleiros atribuem aos Padres a responsabilidade dos conflitos virem a público, e por isto alardeiam por todo o município que os matariam. Pessoas ligadas à Igreja os aconselham a tomarem cuidado, tanto que têm deixado de fazer visitas às comunida-

des nas quais o Zattar tem terras. Porém, acredita que só terão segurança com os pistoleiros na cadeia.

Afirmou que não são os únicos a correrem risco de vida. Muitas pessoas estão marcadas, gerando um clima de tensão e medo; e que as pessoas que vieram depor são corajosas, pois conhecem a história de terror que a firma Zattar há muito tempo promove em Pinhão, transformando-o num município violento.

#### Depoimento do Senhor Pedro Nogueira da Silva

Mora há 70 anos em Pinhão, no Faxinal dos Ribeiros. Ele e o filho são acusados de comprar palanques dos assentados, fato que nega. Disse que uns 20 jagunços do Zattar carregaram dois caminhões de palanques seus. Dos jagunços armados reconheceu cinco: Alcindo, Sérgio Camargo, Antonio Padilha, Erondi e Lauro Dias.

Disse, ainda, que no dia em que levaram seus palanques, o Zuza, dono da firma Zattar disse: "Autoridade aqui somos nós. Não tem prefeito, não tem promotor, não tem delegado. Aqui quem manda somos nós."

Que neste dia, os jagunços levaram umas sete cargas de palanque do Senhor Amauri. Não fez denúncia na Polícia sobre o acontecido.

#### Depoimento do Senhor Cizilio Ribeiro Chagas

Morador em Faxinal das Taquaras, está com 55 anos e é posseiro.

Afirma que no dia 27 de novembro de 1991 estava trabalhando na lavoura quando foi baleado por sete pistoleiros. Mesmo ferido conseguiu fugir para avisar o pessoal que estava no paiol. Os pistoleiros vieram atrás e começaram um tiroteio, dando tempo de sua esposa e o tio fugirem. Em seguida, botaram fogo no paiol, queimando tudo o que tinham.

Neste atentado três pessoas saíram feridas: o depoente, sua esposa e um sobrinho.

Um dos posseiros conseguiu sair e avisar a polícia que chegou em meia hora, porém os jagunços não estavam mais. A polícia ficou até a tarde na área fazendo vistoria, e assim que saíram os pistoleiros voltaram e deram uma saraivada de tiros na casa do sogro do depoente.

Disse que tem a posse da terra e que sofreu pressão para assinar contrato de arrendamento com o Zattar mas nunca aceitou. Em 1975, os pistoleiros queimaram sua propriedade pela primeira vez.

Afirmou que estes pistoleiros são contratados pelo Zattar.

#### Depoimento do Senhor Jorge Antonio dos Santos

Morador de Faxinal dos Taquaras há um ano e três meses, é sobrinho do Senhor Cizilio. Afirmou que no dia 27 de novembro de 1991, após queimarem a casa e atirarem contra o Senhor Cizilio, os pistoleiros queimaram a casa do depoente, baleando-o na cabeça. Conseguiu reconhecer alguns: Neno Dias, o Antonio Padilha, o Amazonas - "Amazonão", o Bigode, um do Faxinalzinho e outro do Faxinal do Céu.

No atentado três casas foram queimadas: a sua, de seu pai e do Senhor Cizilio.

Tem conhecimento de que os pistoleiros continuam rondando a área.

#### Depoimento do Senhor Marcílio Gonçalves

Morador de Faxinal dos Taquaras há 38 anos, contou que os pistoleiros estiveram em sua casa, no dia em que fizeram o atentado ao Senhor Cizilio e sua família, minutos depois da polícia sair da área, promovendo tiroteio. E que felizmente ninguém saiu ferido.

Disse que há 17 anos teve dois irmãos mortos por pistoleiros. E que não podem dormir sossegados, pois a qualquer momento podem surgir os pistoleiros, comandados por Zuza e Nadir.

#### Depoimento do Senhor João Siqueira

É morador de Inácio Martins; há um mês em Faxinal dos Ribeiros, vindo à área através de um tal Toninho, que morava no acampamento.

É pai da menina baleada na escola.

#### Reunião na ALEP

A segunda reunião da Comissão Especial foi realizada no dia 02/12/91, com as presenças dos Deputados Ovídio Constantino, como Presidente, Mário Bezerra, Emília Belinati e Ernani Pudell, na sala de reuniões das Comissões da ALEP.

Senhor João José Zattar - Diretor Administrativo das Indústrias Zattar, depôs, assessorado pelo seu advogado, Dr. César Toledo, e declarou: "Que existem conflitos generalizados entre os sem-terras e alguns posseiros da região e vizinhos, como ficou bem claro no depoimento de uma pessoa que foi testemunha ocular e que praticamente sofreu esses atentados. Foi, se não me engano, Dona Doralice Ribeiro que reconheceu o vizinho Lieber como comandante de todo o atentado."

Disse ter ficado sabendo, através de conversas no próprio município, que uma menor teria sido alvejada dentro de uma escola. Sobre outra menina atingida por disparos, ouviu dizer que foi em conflito com posseiros. E que nessa área há uma questão judicial entre a empresa e um ex-

-arrendatário que deveria ter sido retirado há seis meses e ainda continua na área. Não tem informações se o mesmo é o pai da menina atingida em sua própria casa.

Também tem conhecimento do decreto de prisão, expedido pelo Juiz da Comarca, contra 14 pessoas do município de Pinhão, em função desses fatos ocorridos e que desses 14, 6 são funcionários de sua empresa.

Tais problemas existem desde 1985, sendo que tiveram duas áreas desapropriadas, uma de Faxinal dos Ribeiros (1-A) e outra no Faxinal dos Ribeiros (1-C), de 139. Essas áreas estão liberadas para assentamento há três anos, e em função disso não tem interesse nelas.

Já aconteceu destas áreas serem deixadas por antigos invasores, em razão de estiagem e não de terem contado com ajuda do Governo.

"A minha única briga, nessas áreas que existe invasão de posse, é em termos indenizatórios. A empresa contrata pessoas para fazer segurança nas áreas de sua propriedade. O serviço é fiscalizar as divisões, roubo de madeiras e galinhas, que são comuns na região. Alguns destes seguranças constam no decreto de prisão."

O depoente é portador de documentação da compra de toda a madeira dessas áreas, com prazo de retirada até mais ou menos o ano de 2.014.

Foi perguntado se tinha informações de que a empresa tem seus planos de corte, de exploração e manejo com prazos vencidos, carecendo de regularização ou de renovação desses prazos. Ele respondeu que a madeira não foi retirada do imóvel Lieber, pela empresa, mas que houve roubo na área.

Das pessoas que estão na outra área que não do Lieber só existem arrendatários, e que a empresa é proprietária dessa área há mais de 20 anos.

O Dr. César Toledo, advogado das Indústrias Zattar, disse que dos tiros a que Dona Doralina se refere "tem um depoimento na Delegacia de Pinhão, onde a professora que reside naquela casa, do lado da escola foi expulsa quando da invasão desta, por Antoninho e D. Doralina com os denominados sem-terras." Hoje D. Doralina mora nessa casa.

O Sr. João José Zattar, expôs ainda que teve conhecimento que um funcionário seu foi preso por porte ilegal de arma.

Indagado sobre o reconhecimento de funcionários de sua empresa, nas agressões e nos atentados feitos, disse que o pessoal em litígio com a empresa está se aproveitando da situação.

#### Relatório de atividade dos Atos do Promotor de Justiça

11.11 - Reunião no gabinete do Prefei-

to Municipal, com os familiares da menor Vanderli da Silva, vítima de disparo de arma de fogo, os quais orientou a procurarem a DEPOL e registrarem a ocorrência, o que originou a abertura do IP 043/91.

12.11 - Visita às áreas envolvidas no conflito quais sejam: Faxinal dos Ribeiros, vulgo "Cachoeirinha" e Faxinal dos Silvêrios, em companhia do Oficial de Justiça Silvio Bruck.

13.11 - Reunião na sala de audiências do Fórum, com as partes envolvidas, acompanhada pela Comissão Especial de Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, resultante na celebração do acordo cujo termo vai em anexo, bem como envio do ofício 010/91, ao gabinete do Secretário de Segurança.

19.11 - Nova visita às áreas, verificando o cumprimento do acordo e coletando naturezas ao termo.

22.11 - Manifestação apresentada nos autos da medida de Busca e Apreensão de Armamentos, proposta pela PGE, opinando pelo deferimento, relatando as visitas, e pedindo a prisão temporária de 14 pessoas envolvidas nos conflitos. Após expedido o mandado de Busca e Apreensão de Armamentos pelo MM. Juiz Dr. Márcio Tokars, teve início a ação da Polícia Militar, sob o comando do Major Barth, comandante do BPM de Guarapuava, e do Capitão Weegw, responsável direto pela operação. No mesmo dia, durante a operação, foi preso Alcindo Silvério Caldas, funcionário das Indústrias J. J. Zattar, por porte ilegal de arma de fogo, afirmando ser a arma de propriedade da empresa na qual trabalha.

27.11 - Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Especial de Deputados, realizados na Câmara Municipal de Pinhão. Envio do ofício 013/91, ao Secretário de Segurança.

28.11 - Oferecimento de denúncia contra Alcindo Silvério Caldas; acompanhamento do interrogatório, na DEPOL, dos envolvidos apresentados pela Indústria Zattar.

29.11 - Acompanhamento de outros três interrogatórios de envolvidos, igualmente apresentados pela Indústria Zattar. Acompanhamento do início da remoção de sete presos (seis apresentados e um preso em flagrante), para Guarapuava, em operação realizada pela PM da mesma cidade.

02.12 - Pedido de prorrogação de prisão temporária.

04.12 - Denúncia contra Alcides Marinho de Mello, Erondi Monteiro Taques, João Maria Diniz, Lauro Ferreira Dias, Antonio Rodrigues Padilha e Amazonas de Matos, bem como pedido de decretação de prisão preventiva, deferido. Pedido de perda de regime aberto para Sérgio Camargo de Freitas, deferido (cópias em anexo).

### Conclusões

Vistos e analisados os fatos, esta Comissão é obrigada a concluir no sentido de que foram, indiscutivelmente, da maior gravidade, os fatos ocorridos no Município de Pinhão, não cabendo, no entanto, a esta Assembléia, o julgamento dos aspectos legais envolvidos, que são, sem qualquer dúvida, de alçada de outros Poderes e Órgãos Públicos.

No entanto, entende essa Comissão que deve sugerir ações a serem desenvolvidas, a fim de que possamos contribuir para a solução definitiva da violência e dos conflitos que vêm ocorrendo no Município de Pinhão e que remontam a décadas.

A primeira situação diz respeito aos recentes conflitos que motivaram a formação da Comissão Especial, quando resultaram em diversos atentados contra pessoas, e uma criança atingida dentro de uma escola por disparo de arma de fogo.

A causa do conflito de interesses começa a se formar em 87, quando o Governo Federal, através do INCRA, declarou de utilidade pública, para fins de reforma agrária, duas áreas de terra no município de Pinhão. Uma delas pertencente à Madeireira Zattar, denominada imóvel Cachoeirinha e outra pertencente à família Lieber, denominada Faxinal dos Silvêrios. O processo desapropriatório vem se conduzindo de forma absolutamente procrastinatória desde 87, sem que a União tivesse providenciado a devida emissão de posse.

A situação de indefinição criou as condições de conflito, notadamente no aspecto dominial. Agravou-se a situação com a ocupação destes imóveis pelos sem-terras, os quais, num primeiro momento, confrontaram-se com antigos ocupantes dos imóveis e, posteriormente, deu-se a disputa pela madeira entre os sem-terras e a Madeireira Zattar. Por um lado, os sem-terras ocupando uma área de forma irregular, sem que o INCRA pudesse promover assentamento e regularização fundiária, e com isso deixando os sem-terras fora do acesso a programas de financiamento de custeio e investimento e a condições mínimas de sobrevivência. A venda de madeira como forma de sobrevivência foi inevitável nestas condições.

De outro lado, invocando a identificação dominial e a propriedade sobre a cobertura vegetal, a Madeireira Zattar pas-

sou pelos próprios meios a impedir a retirada da madeira. A Empresa aproveita-se da indefinição jurídica sobre o domínio da área a utilizar de quaisquer meios para, de um lado, impedir a retirada de madeira pelos sem-terras e, de outro, para permitir-se no direito de retirá-la, em que pese as divergências legais e contratuais sobre a legitimidade de retiradas da cobertura vegetal. Os meios a que nos referimos são aqueles aqui denunciados: a utilização de funcionários seus, registrados como "guardas florestais", para cometer atentados contra sem-terras, contra crianças, a prisão de pessoas, o seqüestro de bens.

A segunda situação que chegou ao conhecimento desta Comissão e, esta de gravidade ainda maior, diz respeito ao litígio entre a Madeireira Zattar e posseiros da região.

Encorajados pela presença da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Paraná, diversos posseiros que estão litigando contra a Madeireira Zattar trouxeram informações sobre ações praticadas contra agricultores indefesos.

Com efeito, vastas extensões de terra na região de Pinhão eram constituídas de posses antigas, muitas delas remontando a mais de um século, posses estas transferidas de pai para filho, ao longo dos anos.

Os depoimentos dão conta de que, no final da década de 60 e início da década de 70, a Madeireira Zattar obteve titulação de vastas áreas na região, entre elas as de posses históricas acima mencionadas. Consta de diversos depoimentos que a Empresa passou a pressionar estes posseiros através de seus "guardas florestais" para que assinassem contratos de parceria, com os quais os posseiros deixaram de poder invocar juridicamente a condição de proprietários, via declaratória de usucapião.

Há denúncias, por parte dos posseiros, de violências cometidas contra aqueles que recusaram-se a assinar os contratos de parceria.

Constatou-se que um grupo de posseiros que estão demandando judicialmente contra a Madeireira Zattar, através de ações possessórias e de usucapião, foram vítimas de diversos atentados cometidos, segundo estas pessoas, por tais funcionários da Empresa Zattar."

(interrompe a leitura)

Concluindo o nosso relatório, Senhor Presidente e Senhores Deputados, declaramos o seguinte (Lê):

"Fica evidente que se trata apenas, esses fatos por nós constatados, retratam apenas feridas mais recentes e que ocultam toda uma situação de arbítrio, violência, impunidade e que beira a ausência do Poder Público perante tais situações".

Diante disso nós damos aqui sugestões aos órgãos competentes como o INCRA, o ITCF, e damos também sugestões e o relatório será enviado aos órgãos como Procuradorias do Estado e da República, da Justiça, para que se ao analisar o nosso relatório possa-se verificar ações que devam ser feitas pelo Ministério Público, pelo Poder Público e também pelos próprios órgãos do Governo Federal na regularização dessas áreas que lá persistem por décadas e até por quase século como se relatam pendências sobre a posse das áreas.

Constatamos que há necessidade urgente e que através dos órgãos competentes se faça uma demarcação e uma medição das áreas do município de Pinhão, que grande parte delas remontam, como já dito aqui, posses há mais de cem anos e que por falta de titulação das propriedades, os conflitos surgem.

Também detectamos e estamos sugerindo a Secretaria de Segurança Pública, pelos dados e depoimentos, até do próprio delegado, a necessidade de reforço policial naquele Município, de equipamentos na delegacia, de delegado de carreira no Município de Pinhão, que conta com um delegado "calça curta" há quase quatro anos, e o mesmo denuncia que não tem nenhuma condição de realizar trabalhos naquele Município, diante das demandas judiciais, das demandas de inquérito que aparecem à delegacia e que o delegado, por ser leigo, se sente impotente em realizar tal trabalho.

Também constatamos a grande rotatividade do Poder Público, ou melhor, do Ministério Público, de promotores e de juizes naquela Comarca, o que traz grandes problemas nas análises dos processos. A cada mês, às vezes até quinze dias ou pouco mais de um mês, se trocam promotores naquela Comarca, juizes pedem substituições ou são substituídos e assim nós vimos o acúmulo de processos, sem que o próprio Poder Público, sem que a própria justiça, o Poder Judiciário e o Ministério Público possam dar andamento, o qual constatados, será provavelmente visto pelo Desembargador, pelo Presidente do Tribunal de Justiça e também pelo Procurador Geral do Estado do Paraná.

De forma que, constatamos também que esta Assembléia Legislativa tem como função e como missão discutir e cumprir uma função constitucional de regulamentar ou de fazer valer o que consta no artigo 21 dos Atos das Disposições Transitórias da nossa Constituição, cujo cumprimento não foi efetivado, no que se refere à instalação de uma comissão suprapartidária para finalidade de fazer a revisão das doações, vendas e concessões de imóveis públicos, rurais e urbanos, concretizados ao longo



dos últimos 25 anos, conforme prevê a nossa Constituição.

Visto que, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós queremos, concluindo, dizer que a nossa conclusão é no sentido de que seja oficiado o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, ao Procurador Chefe da Procuradoria da República do Paraná, ao Procurador Geral da Justiça do Paraná, ao Procurador Geral do Estado, ao Secretário de Segurança Pública, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, e assim o pedido de energias e imediatas providências, visando solucionar o conflito, punir os responsáveis e assegurar a paz social no Estado do Paraná e mais especificamente na região.

Assinam o nosso relatório a Deputada Emília Belinati, Relatora; Deputado Ovídio Constantino, Presidente; e Deputado Mário Bezerra, membro da Comissão. Passamos o relatório, neste momento, à Mesa da Assembleia Legislativa, composto dos documentos coletados, para que se dê o devido encaminhamento às autoridades competentes.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu agradeço a atenção dos Senhores e nos colocamos à disposição. Pelo fato de ser um relatório de documentação farta, nós não o remetemos à cada Deputado, mas nos colocamos à disposição. O Senhor Deputado que desejar obter estas informações ou cópia deste relatório, a Comissão se dispõe a fornecer aos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queremos registrar a presença da companheira Lígia Pupatto, Primeira Suplente de Deputado da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está registrado.

No Horário das Lideranças, consultamos o Partido do Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Horário do PMDB) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós íamos usar da palavra por ocasião da Votação do Projeto 67/92, mas preferimos a fazer agora para que se for necessário a gente possa prestar alguns esclarecimentos.

O Projeto 67/92 trata de Mensagem do Poder Executivo, mediante cumprimento das formalidades legais aplicáveis firmar escrituras públicas de dação e pagamento

aceitando como pagamento da dívida a LABRA para com o Estado. E S.Exa., o Governador remeteu a esta Casa para que os Senhores Deputados aprovassem tal ato praticado pelo Governo do Estado através da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral.

No dia de ontem chegaram as informações, e de pronto nós as repassamos ao Líder do PT, Deputado Ernani Pudell para que também pudesse tomar ciência dos documentos.

Eu gostaria apenas de ler aos Senhores Deputados o Parecer nº 408/91 da Procuradoria Geral do Estado.

(Lê):

"EMENTA DAÇÃO E PAGAMENTO = NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO LEGAL = EX VIDO DISPOSTO NO Artigo 53, inciso 14 da Constituição Estadual. Autorização também do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral dos Acionistas da empresa proprietária do bem.

Trata o presente protocolado de requerimento formulado pela LABRA, INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LÁPIS S.A. e da LABRA Plásticos S.A., oferecendo o imóvel devidamente descrito nos Autos como dação em pagamento de dívida ativa junto a Fazenda Estadual.

Embora já exista concordância do Senhor Governador do Estado ao requerido, há que ser cumprido o artigo 53 inciso 14 da Constituição Estadual, que exige autorização legal para que se efetive a aquisição do imóvel pelo Estado através da dação em pagamento aqui proposta pela LABRA.

Art. 153 - Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado especificamente:

...

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado.

Dessa forma, elaborou-se minuta de anteprojeto de Lei, bem como, de mensagem, que o Senhor Governador, se assim julgar devido, poderá enviar à Assembleia Legislativa.

Atente-se, que o imóvel que a empresa LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A pretende dar em dação de pagamento, pertence à empresa LABRA Plásticos S/A.

Assim, faz-se necessário autorização do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral dos acionistas da LABRA Plásticos, nos termos do art. 142, inc. VIII, da lei nº 6.404, de 15/12/79, que trata das sociedades anônimas verbis.

Art. 142 - Compete ao Conselho de Administração.

...



VIII - Autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação dos bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação das garantias a obrigações de terceiros.

Na escritura pública de dação em pagamento a ser firmada, a LABRA Plásticos será transmitente do imóvel e a LABRA Lapis será anuente. Nela, deverão constar claramente quais as dívidas que ficam quitadas.

Por outro lado, dentre tantas dívidas ativas que LABRA LAPIs tem com a Fazenda Estadual, optou-se pela quitação da C.D.A. n° 174.2647-4 e dos Autos de Infração n°s 3698068-8 e 3698069-6, em razão do valor das mesmas que totalizam 203.408.183,58 (duzentos e três milhões, quatrocentos e oito mil, cento e oitenta e três cruzeiros e cinquenta e oito centavos), por ser o mais aproximado do valor do imóvel oferecido, que no mês de setembro p.p., foi avaliado por 103.064.215,71 (cento e três milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e quinze cruzeiros e setenta e um centavos), pelo DECOM - Departamento Estadual da Construção de Obras e Manutenção, e no corrente mês, foi avaliado por 203.599.541,00 (duzentos e três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros), pelo Setor de Avaliação e Perícia dessa Procuradoria Geral do Estado.

Cumprе ressaltar que esta dita avaliação foi procedida em razão da necessidade de se atualizar o valor do imóvel em questão, já que as dívidas quitadas, igualmente encontram-se atualizadas.

O Senhor Secretário da Fazenda deverá ser cientificado de que, os valores dos débitos a serem quitados pela dação, bem como o valor do imóvel deverão permanecer como se encontram no mês corrente para se evitar a perpetuação de avaliações e atualizações periódicas, dado o problema inflacionário brasileiro.

Diante do exposto, e tendo em vista a aquiescência do Senhor Governador ao pedido formulado neste protocolado, apresenta-se em anexo minuta de anteprojeto de lei, bem como de Mensagem, que o Senhor Governador, se assim julgar devido, poderá enviar à Assembléia Legislativa.

E o parecer.

Procuradoria Fiscal, em 26.12.91.

(a) MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS

Procuradora do Estado

Aprovo o Parecer n° 408/91-PGE.

Curitiba, 26 de Dezembro de 1991.

(a) CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA FILHO

Procurador Geral do Estado"

Então, vejam bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a dação de pagamento do imóvel referido na Mensagem en-

viada a esta Casa por Sua Excelência, o Governador Roberto Requião, quitará dois autos de infração, que já foram por nós mencionadas; e que a época das avaliações, feitas tanto pelo DECOM, como pelo setor de perícias da Procuradoria Geral do Estado, o imóvel estava avaliado em duzentos e três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, e os autos, que seriam quitados, tinha também um total de duzentos e três, quatrocentos e oito milhões de cruzeiros.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos que no que concerne a Mensagem de Sua Excelência, o Governador, número 05/92, que originou o Projeto 67/92, os esclarecimentos estão devidamente prestados, a escritura da dação de pagamento já foi formalizada, segundo também o que nos consta dos anexos a esses documentos, junto ao cartório de notas e protestos de Araucária, tabelionato Pimpão, tendo sido canceladas evidentemente as certidões de dívida ativa abaixo relacionados.

Por essa razão, nós solicitamos aos Senhores Deputados que deem apoio a esta Mensagem no sentido de que possamos concretizar esta dação de pagamento, que se de um lado pode ser benéfica ao contribuinte que encontra-se em débito com o Estado, que quitará parte dos seus débitos com o Estado; também para o Estado é benéfico porque poderá propor a sua venda, e desta forma, transformar uma dívida ativa em dinheiro, em recursos junto ao Tesouro Estadual e aplicá-lo evidentemente da melhor maneira possível.

Concedo um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Orlando, Líder da nossa Bancada.

Com a aprovação dessa Mensagem, onde a empresa LABRA faz um acordo com o Governo do Estado do Paraná quitando os seus débitos no que diz respeito ao ICMS, eu além é claro de votar favoravelmente, eu quero que Vossa Excelência como nosso Líder possa interferir junto ao Governo do Estado do Paraná, junto à Secretaria da Fazenda do nosso Estado, porque muitas empresas do porte da LABRA estão em débitos com o Governo do Estado no que diz respeito ao ICMS, estão sendo acionadas através da Justiça, estão impossibilitadas até de quitar os seus débitos junto ao Governo do Estado.

Já que se abre um precedente, já que se facilita, abre-se um caminho para uma negociação até porque não dizer amigável, que outras empresas a exemplo da LABRA, possam colocar para o Governo do Estado do Paraná áreas muitas delas que já até foram ocupadas pelas famílias sem-terra do nosso Estado, muitos assentamentos até de áreas,

de empresas do nosso Estado possa, o Governo do Estado, a exemplo do que está acontecendo com a LABRA, também abrir este canal de negociação, aonde determinadas empresas possam ceder como forma de pagamento de seus débitos áreas extensas de terras e aonde o nosso governo poderá assentar, definitivamente, as famílias sem-terra e desassistido do nosso Estado.

Encurtando a distância entre quem possui a terra e quem não tem a terra.

Quem deve para o Estado e o Estado como um todo, principalmente nosso governador tem interesse em ajustar as famílias que desejam trabalhar, que já estão muitas delas já até assentadas, outras acampadas e outras áreas até invadidas, possa se abrir este canal aonde as empresas, fazendo esta quitação de seus débitos, passar grande parte das suas terras ao Governo do Estado e ali assentarem as famílias que buscam, incessantemente, o seu direito à terra para poder trabalhar.

Além de aprovar é claro que Vossa Excelência como nosso Líder também possa viabilizar, interceder junto à Secretaria da Fazenda, junto ao nosso Governador Roberto Requião aonde as demais empresas também possam ceder parte de suas terras e fazer um assentamento próprio dentro do Estado do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, peço um minuto para concluir.

Eu agradeço o aparte do Deputado Toti Colaço.

Mas, é evidente que a sistemática de pagamento é um instrumento já utilizado há muitos anos evidentemente pelos governos.

A novidade imposta pelo Governador Roberto Requião é a audiência que se busca, através da tramitação da proposta na Assembleia Legislativa.

A audiência dos Senhores Deputados, a votação dos Senhores Deputados. Dando com isso, evidentemente, uma maior transparência, uma maior clareza aos atos praticados pelo Governo do Estado através do Governador, da Secretaria da Fazenda e da PGE.

E mais uma vez reafirmo a solicitação aos Senhores Deputados que votemos favoravelmente ao Projeto de Lei para que possamos dar seqüência a esse processo iniciado já há bastante meses pelo governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recentemente o Governo do Estado do

Paraná enviou um farto dossiê à Caixa Econômica Federal em Brasília formulando uma denúncia de que os recursos do FGTS que são geridos e aplicados pela Caixa Econômica Federal, em projetos e habitação popular, estão sendo utilizados por critérios exclusivamente políticos e em condições, ou melhor, comissões de superfaturamento no custo das casas e das obras realizadas.

Antes disso, esse Deputado, formulou uma denúncia no Município de Cascavel, com apoio e informações institucionais fornecidas pela Secretaria Estadual de Habitação onde nós conseguimos levantar dados concretos sobre um conjunto habitacional naquele Município de 448 casas, um superfaturamento estimado de 42% que resultaram no acréscimo próximo de dois bilhões de cruzeiros de superfaturamento ocorrido apenas naquele conjunto feito no município de Cascavel, a partir daí centenas, dezenas de outras denúncias estão chegando, casas de 21 m<sup>2</sup> feitas com placas de cimento sem acabamento, custando hoje aos mutuários cerca de 14 milhões de cruzeiros.

Essas denúncias são da maior gravidade possível, porque elas revelam na verdade um rombo que está se criando no fundo de garantia por tempo de serviço, em breve a sociedade brasileira pagará muito caro por isso.

Esses recursos deveriam estar sendo direcionados para programas de habitação popular, construídos de forma subsidiada, levando em conta a qualidade das obras e principalmente visando uma política diferenciada de construção, que pudéssemos permitir a construção de casas baratas para dar acesso a elas, aos trabalhadores de baixa renda no Brasil estão servindo, para engordar empreiteiras. As empreiteiras estão saindo ricas desse processo.

Apenas um conjunto, Senhores Deputados, dois bilhões de superfaturamento.

Há denúncias concretas de que apenas o seguro feito sob essas habitações hoje é simplesmente o dobro do praticado no mercado.

As seguradoras estão ganhando fortunas com os programas da Caixa Econômica Federal.

Um economista fez um levantamento que apenas em taxas, registros de documentos, seguros, hoje se paga 16% do mutuário sobre o valor do imóvel.

Todas essas denúncias são muito importantes e é preciso que o Poder Público comece a enfrentar essa realidade que nós começamos a denunciar com muita veemência esses fatos.

Inclusive o Senhor Governador do Estado fez uma denúncia aparentemente nominando três Parlamentares do Paraná, responsá-

veis por essa intermediação criminosa de verbas, eu afirmo aqui com todas as letras nós estamos com a questão dos recursos da Caixa Econômica Federal perante uma quadrilha de colarinho branco, "quadrilha", não existe outra expressão mais adequada. Agora, me causa estranheza e eu fico extremamente preocupado quando vejo que um Parlamentar envolvido nessas denúncias é recentemente admitido nos quadros do Partido, do qual o nosso Governador é Presidente de honra.

Não estou aqui querendo incriminar esse Parlamentar, e não faria eu, de forma alguma denúncias levianas, mas essas denúncias surgiram. O Paraná exige de seus homens públicos absoluta lisura, nós já estamos cansados de termos representantes nossos, do Governo Federal, envolvidos em escândalos de bicicletas, de mochilas, Ministros nossos com aposentadorias gordas, no Tribunal de Justiça, na Prefeitura.

Eu fico extremamente chocado de saber que o nosso Governador do Estado, está na Comissão de Presidente de Honra, de um partido que inclusive hoje, se aliou ao Governo Federal, para derrotar a política de recuperação do salário mínimo nesse País, a troco, segundo nós sabemos de ingresso de alguns Parlamentares, para engordar a legenda e engordar o tempo na televisão.

Cobramos aqui desta tribuna no mesmo momento que damos apoio e sustentação a denúncia do Governador do Estado nesse caso.

Nos somamos, ratificamos, e vamos apoiá-lo nessa denúncia.

Porém, exigimos coerência política do governador. Exigimos essa coerência, porque não é mais possível o Governador do Estado ter um discurso, mas na prática as conveniências dos acordos políticos, nos levam a conviver com pessoas e com lideranças políticas, cuja atitude moral e ética é contestada por todos aqueles brasileiros honestos que nós temos em nosso País.

Então, era isso que eu queria registrar nesta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E eu entendo que neste momento que a permanência como presidente do honra do PST do Governador do Estado está prejudicada, é inconveniente e nós esperamos que o nosso Governador tenha um gesto de coerência política e se desfaça de alguns aliados que nós entendemos que não têm a postura ética e de probidade que se exige de todos os cidadãos brasileiros.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Emília Belinati e Mário Bezerra, constante do expediente, comunicando as conclusões dos trabalhos realizados pela Comissão Especial deste Poder, para verificar a existência de conflitos de terras e de violência, no Município de Pinhão. - A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 49/92, subscrito pelo Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 4 do corrente mês, por compromissos inadiáveis na sua Região. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 094/92/GLG/PMDB, subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, justificando sua ausência nos dias 06, 07 e 08 do mês em curso, das Sessões Plenárias, por motivos de viagem. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 036/92/GDJA, subscrito pelo Sr. Deputado José Alves, constante do expediente, justificando sua ausência nos dias 05, 06 e 07 do mês em curso, das Sessões Plenárias, por necessidade de permanecer na sua região. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados - A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLLIO, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J.. O projeto irá à Redação Final.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/92, de autoria do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, que institui no âmbito da Administração Pública a Certidão Negativa de

Violação aos Direitos do Consumidor, sob a sigla CNVDC, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.92).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 33/92

P A R E C E R:

Devidamente analisado, constatamos que o presente projeto de lei não fere quaisquer dispositivos de ordem legal, constitucional ou regimental, e que por isso está em condições de ser submetido à soberana decisão do Plenário, e nesse sentido, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

# COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PROJETO DE LEI Nº 33/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ademar Luiz Traiano, chega a esta Comissão de Agricultura o projeto de lei em epígrafe que objetiva instituir no âmbito da Administração Pública a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor, sob a sigla CNVDC, conforme específica.

Já tendo sido analisado pela C.C.J., onde recebeu parecer favorável, nada temos a opor quanto a sua tramitação.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua aprovação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.04.92.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

CONSTENARO NETO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 3 (três) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 33/92, por três (03) sessões.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 05/92, que autoriza o Poder Executivo a, mediante o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmarem escrituras públicas de dação em pagamento, aceitando, como quitação da dívida ativa nº 174.2647-4 e dos autos de infração nº

Curitiba, terça, em 05.05.92

3698068-8 e 3698069-6, da empresa LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 20, de 23.03.92).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 67/92

P A R E C E R:

Tal proposição, oriunda do Poder Executivo, Mensagem nº 05/92, autoriza, mediante o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando, como quitação da dívida ativa nº 174.2647-4 e dos Autos de Infração nº 3698068-8 e 3698069-6, da empresa LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A, conforme específica.

O plano de lei atende aos interesses do Estado, pois quitará débito junto à Fazenda Estadual, com imóveis avaliados pelo Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção, órgão oficial do Estado.

Em cumprimento ao Art. 153, inciso XIV da Constituição Estadual, apesar da concordância do Sr. Governador do Estado quanto a questão em tela, submete-se a presente alienação à apreciação por esta Casa de Leis.

Diante do exposto e cumpridas todas as formalidades legais, regimentais e constitucionais, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

# COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 67/92

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 05/92, autoriza o Governo do Estado, sob o prévio cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando quitação da dívida ativa nº 174.2647-4, da empresa LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A, como específica.

A vista de que o projeto subexame atende, sobejamente, os amplos interesses do Estado e contempla, rigidamente, toda a legislação da espécie, tornando-o apto ao acolhimento desta Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.92.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR  
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E  
COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 67/92

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n° 05/92, autoriza o Governo do Estado, sob o prévio cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando quitação da dívida ativa n° 174.2647-4, da empresa LABRA - Indústria Brasileira de Lápis S/A, como específica.

Como se apresenta, o projeto de lei atende, sob todos os aspectos, a legislação aplicável, e no mérito, se impõe à aprovação desta Comissão, e com isto prosseguir na trajetória de sua regular tramitação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.04.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Inicialmente eu quero aqui agradecer a especial deferência que nos fez o ilustre Líder da Bancada do Governo, ao nos fornecer as informações por nós solicitadas, para que pudéssemos ter conhecimento de dados concretos relativos ao projeto em discussão nesta Casa.

Eu ouvi atentamente o posicionamento do Líder da Bancada, que no seu encaminhamento leu o parecer da Procuradoria Geral do Estado e, efetivamente, à primeira vista, a dação em pagamento de um imóvel como forma de o Estado receber os seus créditos tributários é conveniente ao interesse público. É preciso que o Estado procure todas as formas possíveis para receber aquilo que tem direito, aquilo que foi sonegado pelas empresas. Neste aspecto de política tributária, nós estamos plenamente favoráveis.

Todavia, pesa sobre este projeto, algumas dúvidas, no nosso entendimento, ainda, muito importantes, que desaconselham a aprovação do mesmo pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O primeiro aspecto fundamental refere-se ao questionamento sobre a avaliação real deste imóvel. A LABRA estaria hoje quitando um débito atualizado perto de quinhentos milhões de cruzeiros e, conse-

qüentemente, o imóvel teria que ter um valor correspondente a quinhentos milhões de cruzeiros.

Ao que consta, de pessoas que conhecem o mercado imobiliário de Curitiba, especialmente da cidade industrial, afirmam que este imóvel não representa de forma real este valor. Aí nós estaríamos de imediato vendo um prejuízo claro ao erário público, mais do que isto, uma segunda dúvida muito importante pesa sobre este projeto.

Li atentamente toda a documentação fornecida pelo Governo do Estado do Paraná, não encontrei nela nenhuma certidão de registro de imóveis que afirmasse ou pelo menos demonstrasse que o referido imóvel que está sendo dado em pagamento, está desagravado de qualquer ônus real que possa estar recaindo sobre o mesmo.

Aparentemente, poderíamos esperar que essas cautelas que são de praxe, tenham sido adotadas pela Procuradoria e pela Secretaria da Fazenda, para a verificação dessa questão, mas não consta dos autos das informações fornecidas. Nós poderemos chegar à conclusão, após a aprovação dessa mensagem de que esse imóvel tem algum tipo de restituição de uso de transação ou algum credor privilegiado sobre o mesmo.

Até mesmo seria prudente termos uma certidão da Justiça do Trabalho, porque hoje os créditos trabalhistas, por exemplo, são créditos inclusive privilegiados em relação às dívidas com a Fazenda Pública. Também essa informação não nos foi fornecida e existe uma questão política de fundo aqui, que é importante que seja mencionada.

Por sorte, oportunamente hoje o Deputado Ovídio Constantino fez um relatório sobre os fatos ocorridos em Pinhão. Os fatos a que menciona da madeireira Zattar é exatamente o mesmo grupo econômico da LABRA e para o conhecimento dos Srs. Deputados, no mês de abril, de forma atualizada, a LABRA deve ao Estado do Paraná, quatro bilhões, 351 milhões de cruzeiros, que atualizados hoje devem estar ultrapassando a casa dos cinco bilhões de cruzeiros.

Então, nós vamos quitar perto de 500 milhões, aproximadamente, por imóvel que pesam dívidas sobre o valor, que seja efetivamente esse e pesando dúvidas, pelo menos não temos informações na documentação de que este imóvel esteja desagravado de qualquer ônus.

Mais grave ainda, Srs. Deputados, que é uma dúvida também que me assaltou hoje, lendo o jornal Indústria e Comércio, onde a LABRA faz publicar o aviso ao público que esse aviso significa que hoje existe uma disputa judicial sobre o controle de administração dessa empresa.

Hoje o Sr. Miguel Zattar, proprietário da Madeireira Zattar de Pinhão (que foi mencionado aqui) diz e contesta que um grupo de acionistas teria feito uma assembléia duvidosa, uma assembléia ilegal, teria usurpado os livros da companhia, teria instalado uma diretoria que não representa de fato o grupo econômico e ainda se vê dizendo o seguinte: que a LABRA havia se compelido a tornar público esse ato de violência para alertar a população, seus clientes e acionistas da nulidade de qualquer ato que se pretenda praticar em seu nome por membros desta pseudo diretoria.

Então, Srs. Deputados, não sei se o meu conhecimento jurídico é extremamente limitado, mas eu fico a me perguntar se amanhã a Justiça deferir uma medida judicial que reconheça a ilegalidade de um conselho de administração, que hoje está instalado na LABRA e conseqüentemente a nulidade de todos os atos por ela praticados, teremos também, conseqüentemente, a nulidade do contrato de dação e pagamento.

São fatos extremamente importantes que no mínimo exigem por parte do Governo do Estado do Paraná e da Bancada do Governo e sua Liderança, uma análise mais detalhada sobre o fato. Eu não quero aqui dar conselhos ao rei, não é esta a minha tarefa, mas o Deputado Toti Colaço sugeriu uma possibilidade talvez, mais interessante ao poder público; que seria a de arrematar ou de receber em dação de pagamento as áreas de terras que essa empresa possui no município de Pinhão, que já foi mencionado aqui as posses seculares que foram griladas, talvez outras áreas que tenham titulação e posse legítimas, poderiam ser recebidas pelo Governo do Estado do Paraná destinadas a assentamento.

A própria Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, fez um estudo recentemente e descobriu que se o Estado comprar terras agrícolas a preço de mercado, entregá-las a agricultores sem-terra, dar-lhes o devido apoio financeiro, em dois anos, com a produção dessas áreas, com as economias geradas, as divisas geradas por esta produção, o Estado praticamente tem revertido a seu patrimônio aquilo que foi aplicado na aquisição dessas áreas.

Então, talvez, a prudência neste caso nos indique o caminho de retirarmos o projeto de discussão, da pauta de votação, e esclarecermos estas dúvidas que foram levantadas, e talvez nós precisemos de um laudo atualizado, não apenas por um órgão público, mas por algum especialista na área de imóveis em Curitiba, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tenha a certeza do que está votando. Precisariamos também um Parecer com relação hoje a discussão sobre quem efetivamente representa essa companhia, já que há uma

questão "sub judice", e fundamentalmente se no conjunto do patrimônio desse grupo econômico não constem outros imóveis ou outros bens que possam ser mais convenientes ao Estado recebê-los como dação de pagamento e como quitação dos débitos que, aliás, nós estamos aqui discutindo 10,5% do débito total da LABRA, que são cinco bilhões de cruzeiros, e isto aqui está quitando um débito, hoje, de quinhentos milhões de cruzeiros.

Então, eu gostaria de levantar estas preocupações.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Ernani, eu acredito que as preocupações de V.Exa., embora motivadas, não se revestem de toda a justificativa no presente momento.

E evidente que o Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado, hoje ocupadas por duas das mais ilustres personalidades, não só públicas, mas do campo jurídico, Dr. Heron Arzua o Dr. Carlos Frederico Merz, tomaram as devidas precauções e se asseguraram de todas as informações acerca deste assunto.

E evidente que para se receber um imóvel em dação de pagamento, a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria da Fazenda buscaram todas as informações com referência à liberação desse imóvel, e a sua desoneração, e a partir do momento que uma escritura pública foi lavrada em cartório na cidade de Araucária, também o foi em cima de todas essas informações.

Então, no nosso entendimento, não há o que se questionar com referência a oneração ou não desse mesmo, seu desimpedimento ou não. E vou mais além e seguindo até a experiência e a tradição do esquitejador que vai por partes, nunca esquiteja de uma só vez. A sugestão do Deputado Toti é muito oportuna, mas vamos por partes. Nós temos hoje uma disposição da empresa em oferecer como pagamento um imóvel de sua propriedade para quitar dois autos de infração...

Então vamos quitar essa parte, existe um caso concreto. As outras dívidas que como V.Exa. relata somam a casa dos 4 bilhões de cruzeiros, poderão sim, também serem quitadas à medida em que outros imóveis ou recursos estiverem disponíveis da parte do devedor, para que o Estado possa receber esses imóveis ou os recursos.

Então hoje nós temos um caso concreto que na nossa avaliação e de V.Exa. é interessante para o Estado receber de quem deve, seja em dinheiro ou moeda corrente ou



em propriedade que poderão se transformar também em moeda corrente e ser melhor aplicado pelo Estado.

Então acredito que não caberia a nós nesse momento levantar hipóteses como V.Exa. o faz, porque V.Exa. está discursando em cima de hipóteses. Tenho comigo uma certeza de que o Dr. Carlos Frederico Marés e o Dr. Heron Arzua não iriam propor um entendimento, uma aceitação de um imóvel em dação de pagamento, nem ao Governador, o envio de uma mensagem à Assembleia Legislativa, desde que todas as formalidades legais necessárias a este ato estivessem cumpridas na sua plenitude, na sua totalidade.

Então acredito que todas essas hipóteses, essas dúvidas que V.Exa. levanta já foram sanadas quando essas duas personalidades do campo jurídico e do Poder Público que colocaram as suas assinaturas concordando com essa dação do pagamento. Eu acho que não resta a nós no dia de hoje mais indagações em cima das informações que nos foram prestadas pela Secretaria da Fazenda senão aquela de darmos a aprovação a essa mensagem do Governador e vamos, sim, juntamente com o Deputado Toti Colaço, junto com V.Exa. discutir as outras partes que constam desse conjunto de dívida do grupo Zattar, do grupo Labra para com o Estado através da dação de imóveis como pagamento ou do recebimento através do pagamento com moeda corrente.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de V.Exa., mas ficou aqui o alerta com relação à demanda judicial e está aqui hoje publicado o edital dos jornais.

O Senhor Miguel Zattar contesta a legitimidade do atual Conselho de Administração desse grupo econômico, a escritura pública sendo lavrada pelo representante desse Conselho que está sendo questionado judicialmente poderá ser perfeitamente invalidada, posteriormente, se a Justiça reconhecer os eventuais direitos de Miguel Zattar ou outros acionistas.

Então teríamos a situação de que o Estado quitará a dívida mas talvez não poderá até se emitir na posse ou ter uma situação jurídica prolongada sobre a discussão de domínio - inclusive - do imóvel que será da dação do pagamento, porque ninguém pode vender o que não é seu. Isso é uma coisa elementar.

Então essa dúvida infelizmente não foi sanada, é um fato novo, e o ilustre Deputado do Governo deve reconhecer, está publicado no Jornal de hoje essa questão...

(vozes paralelas)

Principalmente, o Governo do Estado, apenas lembrando a V.Exa., o Governo do Estado dentro de um processo de execução pode fazer recair a penhora sob os bens

que entender mais convenientes ao interesse público. E inclusive, existe uma graduação legal instituída pelo Código de Processo Civil onde o credor tem o direito à escolha ou pelo menos a receber aqueles bens móveis ou imóveis ou numerário que melhor lhe interessarem num processo de execução.

É óbvio que não estamos aqui, e é preciso ter muita cautela, sugerindo que o Estado vá receber, por exemplo, áreas em Pinhão que nós sabemos que foram griladas, que foram tomadas de posseiros e que amanhã terão seus ciclos cancelados. Aliás o Zattar é muito competente nessa área. Nós descobrimos que recebendo indenização do Governo Federal, do INCRA ou de áreas que ele roubou dos posseiros. Comenta-se lá que ele estava tirando a madeira de cima da terra, e ainda entra com processo judicial pedindo a indenização da madeira.

Nós não estamos tratando, aqui, na questão da Labra, com gente de melhor estirpe. Nós estamos tratando com gente cujo passado não é recomendável. Então, é fundamental que o Governo do Estado, ao fazer uma transação destas, que aparentemente interessa ao erário público, acabe na verdade assumindo, isso sim, uma demanda judicial e acabe tornando o crédito tributário, que já tem dificuldade em receber, em algo insolúvel.

Como é o exemplo amanhã, se alguém contestar a legitimidade do atual Conselho de administração desta empresa firmará em escritura pública. A justiça poderá reconhecer. Está alertado, aqui, com todas as letras: "Alerta: a tornar público, da nulidade de qualquer ato que se pretenda praticar em seu nome, por membros desta PSEUDO diretoria".

Este é o dado concreto que nos indica, por cautela, no mínimo, que este processo deve ser retirado de discussão. Agora, se V.Exa., Deputado Pessuti, insistir na aprovação desta matéria, lamentavelmente não restará a nós outra decisão senão nos posicionarmos contra o Projeto, por estas dúvidas levantadas aqui, nós seremos compelidos a adotar este posicionamento, e neste caso, sugerir aos demais colegas que integram este Poder, que acompanhem a nossa decisão, pelos motivos já mencionados.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.  
Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Registrando os votos contrários dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Regis-



trado.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 575, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 580 e 579, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 573, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 581, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 583, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 587, 588, 589 e 590, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 582, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, constante do expediente.- Não recebido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não vai receber o Requerimento. Desde que o Plenário queira apreciar, eu vou submeter a votos, se devo receber o Requerimento ou não.

Para alertar aos Senhores Deputados, a Mesa quer recordar o ofício recebido pelo Governador da Bahia. Nós recebemos. Trata-se de um Requerimento mais ou menos idêntico.

(Lê):

"Em resposta ao Ofício 372/92, declaro ser lamentável que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná esteja tão mal informada a respeito do fato que motivou o pedido de licença para dar prosseguimento a ação penal proposta contra a Deputada Maria José Rocha, daí ter aprovado o requerimento demonstrando completo desconhecimento da causa. Efetivamente não nego à Deputada o direito de manifestar as suas opiniões ainda que sob linguagem grotesca, compreendo que a única ao seu alcance. Não admito, no entanto, que se tente atingir a honra do chefe Executivo, de sua família e de tantos quantos com ele se relacionem, protegendo-se sob o manto da impunidade parlamentar. Assim a citada Deputada concluiu o discurso com a grosseira afirmativa de que: 'Se gritar pega ladrão no Palácio da Ondina certamente não fica ninguém'. Face a generalidade e indeterminação da expressão ofensiva promovi interpeção para que prestasse os esclarecimentos devidos."

tos devidos."

O requerimento da Bancada do PT é no mesmo sentido e anexa um manifesto que eu considero apócrifo porque não traz assinatura de responsabilidade de ninguém.

Se o Plenário decidir apreciar esta matéria eu vou submeter ao Plenário, mas antes a Mesa decide não receber a matéria pelas considerações que já fez.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero esclarecer que o documento anexo não é apócrifo, no final ele tem assinatura da CUT do Pará, Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, Norte Dois, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará, da Comissão Pastoral da Terra do Pará e Amapá, das Caritas Brasileiras do SPBH, é uma sociedade de direitos humanos, da CRB e do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, no Pará, e assinado e datado com data do dia 15/04/92.

Então ele não é apócrifo, ele tem assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então V.Exa. faça o favor de encaminhar as assinaturas porque neste documento não tem nenhuma assinatura.

O DR. ROSINHA - Deve ter ocorrido algum lapso.  
Eu posso encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então V.Exa. encaminhe.

O DR. ROSINHA - Inclusive, Senhor Presidente, se V.Exa. achar melhor tirar o conteúdo anexo, a Bancada aceita que retire o anexo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bom, é irrelevante este anexo.

Eu acho que nós não podemos interferir sem pleno conhecimento de causa nas questões que dizem respeito a outros Poderes, em outros Estado.

V.Exa. pode recorrer da minha decisão ao Plenário.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CPI da violência na terra, que inclusive esteve aqui nesta Assembléia Legislativa ouvindo algumas lideranças paranaenses constatou e colocou em seu relato toda violência que ocorre em Marabá envolvendo esta família.

Não bastasse o relatório que esse anexo contém, não bastasse isso a própria Folha de São Paulo veiculou, recentemente, o uso em regime de semi-escravidão de crianças para fazer a limpeza pública.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - V.Exa. deve se ater à Questão de Ordem, V.Exa. está divagando.

Vou submeter a voto a decisão da Mesa.

Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa de não receber o requerimento, conservem-se como estão.

Aprovada a decisão da mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 395/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/92

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158 e 525/91.

Levanta-se a sessão.